

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL**

**A INCUBADORA DE COOPERATIVAS DO NESTH/UFMG –
APROXIMAÇÕES PARA SE COMPREENDER OS PROCESSOS
DE INCUBAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO**

Wallasce Almeida Neves

Belo Horizonte, 28 de abril de 2006

Wallasce Almeida Neves

**A INCUBADORA DE COOPERATIVAS DO NESTH/UFMG –
APROXIMAÇÕES PARA SE COMPREENDER OS PROCESSOS
DE INCUBAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Social

Linha de Pesquisa: Sociedade Contemporânea: Participação Social, Saúde e Trabalho

Orientador: Ricardo Augusto Alves Carvalho

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte, 28 de abril de 2006

N514 Neves, Wallasce Almeida.
A Incubadora de Cooperativas do NESTH/UFMG – aproximações para se compreender os processos de incubação: um estudo de caso / Wallasce Almeida Neves. – 2006.
101 f., enc. : il. ; 30 cm.

 Orientador : Ricardo Augusto Alves de Carvalho

 Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

 Bibliografia: f. 91-96.

 Inclui anexo

 1. Incubadoras de empresas Brasil. 2. Política empresarial.
3. Trabalho - Aspectos econômicos. 4. Psicologia industrial. II Título.
III Carvalho, Ricardo Augusto Alves. IV Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Dissertação intitulada: *A Incubadora de Cooperativas do NESTH/UFMG – aproximações para se compreender os processos de incubação: um estudo de caso*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e submetida, em 28 de abril de 2006, à banca examinadora composta por:

Prof. Dr. Ricardo Augusto Alves de Carvalho
FAFICH/UFMG (Orientador)

Profª. Dra. Christiane Girard Ferreira Nunes
UnB

Prof. Dr. Jorge Tadeu Ramos Neves
FEAD

Cornelis Johannes van Stralen
Coordenador do Programa de
Pós-Graduação EM Psicologia Social da FAFICH/UFMG

Agradecimentos

Agradeço ao meu orientador, Professor Doutor Ricardo Alves de Carvalho, pela disponibilidade para as discussões e atenção que tem dado a este trabalho. A possibilidade do debate, desde o tempo da graduação, é que ampliou o espaço para a criação de novas perspectivas nesta pesquisa.

Agradeço ao Professor Carlos Roberto Horta, Coordenador do NESTH, pelo apoio e pela oportunidade, que me foi dada, de participação na Incubadora do NESTH. Também agradeço à Coordenadora Administrativa da Incubadora do NESTH, Professora Doutora Vera Alice Cardoso.

Agradeço a toda a equipe da ITCP/COPPE/UFRJ, em especial ao Professor Doutor Gonçalo Guimarães, pela atenção em nos atender; e também à Coordenadora do Grupo de Autogestão, Aline Rocha.

Agradeço à Vivien Gonzaga e Silva, pela revisão criteriosa e paciente deste texto.

Agradeço à Renata Kelly de Arruda, pelo tempo precioso dispensado na colaboração a este trabalho.

Não menos importante foi o apoio dado a este trabalho, pelo amigo Sergio Toscani.

Sumário

Resumo.....	9
Abstract.....	10
Introdução.....	11
Capítulo 1 – Incubadoras: possibilidade de desenvolvimento e a inclusão.....	27
1.1- A criação dos parques tecnológicos e suas conseqüências sobre a criação as incubadoras.....	32
1.2- As incubadoras de empresas.....	34
1.3- Universidades como lócus de incubação.....	38
Capítulo 2 – A Psicossociologia e a Economia Solidária: colocando um “campo” em análise (referencial teórico-metodológico).....	46
2.1- Breve apresentação acerca da Economia Solidária.....	50
2.2- Em busca de um conceito – o caso das ITCP’s e as outras incubadoras na Economia Solidária.....	53
2.3- As ITPC’s – Sua história.....	56
2.4- As incubadoras de Cooperativas – as ITCP’s.....	61
2.5- A relação entre a Universidade e as ITCP’s.....	69
2.6- O processo de educação e a construção da autogestão.....	71
2.6.1- Como e por que se formam os grupos.....	72
Capítulo 3 – O processo de incubação de cooperativas – o campo de análise específico: a incubadora de cooperativas da UFMG.....	75
3.1- A Cooperativa de Produção Industrial.....	78
3.2- Afunilando o campo em análise.....	81
3.2.1- Os sistemas cultural, simbólico e imaginário como operadores teórico-metodológicos.....	82
3.2.2- As instâncias mítica, sócio-histórica e institucional como operadores teórico-metodológicos.....	84
Conclusão.....	89
Bibliografia.....	91
Anexo I – Integram a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.....	97
Anexo II – Integram a Rede Universitária das Américas em Estudos Cooperativos e Associativismo 21 Universidades Associadas em 14 países.....	98
Anexo III – Campus da COPPE/UFRJ.....	99
Anexo IV – Motivações das PEBTs para ingresso em Incubadoras.....	100
Anexo V – Roteiro de entrevista.....	101

Lista de quadros e gráficos

Gráfico 1 – Evolução do Número de Incubadoras no Brasil (1985-1997).....	44
Quadro 1 – Evolução do número de Incubadoras nos EUA.....	28
Quadro 2 – Características dos modelos de incubadoras e parques tecnológicos.....	33
Quadro 3 – Empresas incubadas / Ramo de atividades.....	37
Quadro 4 – Distribuição geográfica das incubadoras no Brasil em 2004.....	44
Quadro 5 – Tipos de incubadoras.....	57
Quadro 6 – Tipos de incubadoras segundo o Glossário ANPROTEC/SEBRAE.....	58

Lista de siglas e abreviaturas utilizadas

ANPROTEC – Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

CCQ – Círculos de Controle de Qualidade

CENAFOCO – Centro Nacional de Formação Comunitária

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COPPE – Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia/UFRJ

EES – Empreendimentos de Economia Solidária

EUA – Estados Unidos da América

IEBT – Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica

ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia

MIDIC – Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comercio

MIT – Instituto de Tecnologia de Massachussets

NBIA – National Bussiness Incubation Association

NESTH – Núcleo e Estudos Sobre o Trabalho Humano

NIT - Núcleo de Inovação Tecnológica

PNI – Programa Nacional de Apoio as Incubadoras de Empresas

PRONINC – Programa Nacional de Cooperativas

SEBRAE – Serviço de Apoio a Pequenas e Médias Empresas

SOFTEX – Sociedade para Promoção da Excelência do Software Brasileiro

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNITRABALHO – Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

Resumo

O trabalho trata do processo de criação das incubadoras de empresas e de sua posterior diversificação, em modelos variados, para atender às demandas dos inúmeros segmentos econômicos e sociais. As primeiras incubadoras surgiram nos Estados Unidos, e fazem parte de um arranjo econômico mais complexo, que envolve processos urbanísticos, modificação do papel do Estado na economia, participação da iniciativa privada na economia. E, num outro âmbito, inserem-se, também, no processo de mudanças deflagrado por uma gigantesca expansão da tecnologia da informação, com o avanço da computação, que vem permitindo uma completa redefinição dos processos de organização do trabalho e da produção.

A função das primeiras incubadoras era garantir que essas empresas de tecnologia avançada pudessem desenvolver seus produtos e/ou serviços. Hoje, os modelos de incubação se expandiram, e surgiu, no meio da década de 1990, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), caracterizada por criar condições para a inserção de pessoas em processo de marginalização. O seu objetivo é a inclusão econômica – e, conseqüentemente, social – desse público.

Nosso trabalho avança nessa descrição técnica e histórica dos diversos modelos de incubadoras, detendo-se um pouco mais nas incubadoras de cooperativas; e, na pesquisa de campo, busca perceber como estão se articulando as relações entre essas incubadoras, em especial a Incubadora de Cooperativas do NESTH/UFMG, com os grupos aos quais presta atendimento. O nosso recorte de pesquisa de campo está feito sobre a relação da Incubadora com um grupo de produção industrial por ela atendido.

Palavras-chave: incubadoras de empresas de base tecnológica; incubadoras de cooperativas; políticas públicas; geração de emprego e renda; desenvolvimento tecnológico; inserção econômica e social.

Abstract

This work deals with the creation process of company incubators and its subsequent diversification, in varied models, to meet the demand of the innumerable economic and social segments.

The first incubators appeared in the United States, and are part of a more complex economic arrangement, that involves urban processes, changes in the role of state in the economy, and participation of the private initiative.

In one another scope, it is also inserted in the process of changes started by a gigantic expansion of information technology, with the advance of computation, that allows and sometimes determines a complete reorganization of work and production processes.

The function of the first incubators was to guarantee that these companies of advanced technology could develop their products and/or services.

Now, the incubation models have expanded themselves and, in mid 1990's appeared (in Brazil) the People's Cooperative Technology Incubator (ITCP), with the purpose of promoting social reinsertion of marginalized people. Its objective is economic and, consequently, social inclusion of this public.

Our work describes, historically technically, the diverse models of incubators, concentrating more on incubators of cooperatives. In the field research, we try to perceive how they are articulating with the client groups they serve. Special emphasis is given to the incubator of Cooperatives of NESTH/UFMG

Our phocus on field research is the relation of the incubator with a client group of industrial production.

Word-key: incubators of technological base companies; incubator of cooperatives; public policies; job and income generation; technological development; economic and social insertion.

Introdução

As *incubadoras de empresas* constituem, hoje, um fenômeno mundial, tipicamente ligado à modernidade. O princípio que norteia sua existência é buscar a transferência de pesquisas na área de tecnologias avançadas. Comumente, essas tecnologias são geradas dentro das universidades e centros de pesquisa. Surgidas nos Estados Unidos, elas se disseminaram por todo o mundo e, no decorrer do tempo, o modelo tem se aprimorado, trazendo para si muitas das inovações que dispõem as mais diversas disciplinas e pesquisas acadêmicas, desenvolvidas tanto em projetos de extensão, como em pesquisas de graduação e pós-graduação.

O modelo inicial de incubadora priorizava a criação de empresas, cujo objetivo era fazer com que produtos de pesquisas se transformassem em produtos de alta tecnologia, com alto valor agregado.

O papel da incubadora é cuidar para que o período de permanência da empresa *sob seus cuidados* seja uma fase de fortalecimento para que, em seguida, essas empresas possam enfrentar o mercado, já como empresas autônomas.

Neste nosso trabalho, um estudo de caso que tomou por objeto a incubadora do Núcleo de Estudos do Trabalho Humano (NESTH/UFMG), tivemos por objetivo entender, do ponto de vista da Psicossociologia, como estão se construindo as relações entre os grupos, em particular, a cooperativa Couro Sim, e a incubadora.

Nessa incubadora, composta por cinco áreas – Psicologia Social, Engenharia de Produção, Ciências Políticas, Ciências Econômicas e Direito –, certamente as relações de um grupo com cada uma dessas áreas será diferente. O que diminui essa diferença é o fato de que as áreas trabalham em conjunto, e os arranjos feitos entre elas, no nível da organização do trabalho, é que diminuirão as distâncias entre os diversos empreendimentos dentro da incubadora.

No caso em estudo, todo o atendimento, ou seja, o trabalho de acompanhamento, é feito aos grupos¹ por equipes multidisciplinares. De modo geral, esse acompanhamento ocorre de duas formas: primeiro, no processo diagnóstico, em que várias equipes visitam o empreendimento; e, depois, na fase de *instrução*. Esta pode ocorrer de duas maneiras: cumprindo um planejamento anterior – em parte, gerado no

¹ É importante observar que existe uma certa flutuação no que se refere à inserção e permanência dos grupos na incubadora. Na data de finalização da pesquisa, havia um total de onze grupos atendidos.

próprio processo diagnóstico –, busca transferir conteúdos; ou, então, através de solicitação das demandas do grupo atendido. Por exemplo, no caso da APOPATIVA, que demandava uma adaptação da planta do prédio que deveria se adequar às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), o trabalho com o grupo ocorreu nas duas vertentes ao mesmo tempo. Contudo, não se aboliu a fase de diagnóstico e nem o conteúdo programático; o que se fez foi direcionar todos os esforços no sentido de atender à demanda do grupo. Para o nosso interesse específico, esse foi um “problema” que serviu para avaliar a coesão grupal e a sua capacidade de mobilização, percebendo-se que é nas próprias vivências dos grupos que se encontra a chave da administração dos conteúdos programáticos, que não são informações desconexas da realidade dos participantes. Eram questões reais que exigiam análises reais.

Não queremos sobrepor a teoria à prática, mas, tão-somente, deixar que os dados se apresentem e fazer uma análise dos mesmos. Todavia, tentamos, durante todo o período de trabalho na incubadora, estabelecer um referencial teórico que pudesse nos auxiliar nesse intuito, a saber, o da Psicossociologia de origem francesa. A percepção das possibilidades e da riqueza teóricas apresentadas por essa vertente surgiu ainda na graduação, mais exatamente, na disciplina Psicologia da Indústria, ministrada pelo professor Ricardo Alves Carvalho.

Nas diversas fases de participação no projeto em análise e em outros, busquei, como técnico, pesquisador e, depois, como professor do Departamento de Psicologia, situar o campo da Psicossociologia da corrente francesa no âmbito central das questões discutidas no processo de incubação.

A partir dessa ocasião, foram feitas, sob a supervisão do professor Ricardo Alves Carvalho, diversas pesquisas, entre elas no CiM/Icex/UFMG, um centro de inovação multidisciplinar, com duração de dois anos e meio, iniciada em março de 2001. Essa pesquisa se desenvolveu com visitas de inserção, feitas duas vezes por semana, e entrevistas. Os sujeitos entrevistados eram sócios-proprietários de empresas em processo de incubação e funcionários da Incubadora, entre eles, o gerente Paulo Renato Macedo Cabral e o professor do Departamento de Física do Icex/UFMG, Eduardo de Campos Valadares, coordenador geral do CiM/Icex.

Também nessa ocasião, no ano de 2001, tivemos a oportunidade de participar de um grupo de estudos multidisciplinares, que congregava as seguintes áreas:

Psicologia, Engenharia Mecânica, Engenharia Elétrica, Arquitetura, Ciências da Computação e também o CiM. O grupo era coordenado pelo Centro de Inovação e Transferência de Tecnologia (CT&IT), da UFMG. Contávamos com professores e pesquisadores bastante experientes, entre eles, o professor do departamento da Ciência da Computação do Icx/UFMG, Christiano Becker, presidente da Rede Mineira de Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica; a professora do Departamento de Psicologia da FAFICH, Íris Barbosa Goulart; o professor Benjamin Rodrigues de Menezes, do Departamento de Engenharia Mecânica da Faculdade de Engenharia da UFMG, então coordenador do CT&IT, entre outros professores, com trabalhos importantes na área.

As reuniões ocorreram durante todo ano de 2001, com periodicidade quinzenal e, nesses encontros, ocorriam apresentações de temas específicos da área de inovação tecnológica, incubadoras de empresas, parques tecnológicos, transferência de tecnologia, empreendedorismo. As discussões também buscavam definir a melhor forma de se inserir esses temas na vida da universidade, seja através da oferta de disciplinas optativas, de projetos de extensão, estágios curriculares e extracurriculares e de cursos de extensão. Esta última modalidade foi muito usada pelo CiM/Icx, inclusive, com divulgação pela mídia impressa e falada.

Uma outra experiência que merece relato foi realizada, por nós, na Obra Social Dom Bosco, uma instituição religiosa da Ordem das Irmãs Salesianas, com reconhecidos serviços prestados à educação. Essa obra social administra uma escola estadual de 1º e 2º graus e desenvolve um trabalho de creche e pré-escola com a comunidade do bairro Eldorado e bairros vizinhos, na cidade de Contagem, recebendo pessoas até de Nova Contagem, um dos bairros mais violentos da Grande Belo Horizonte.

A Obra Social Dom Bosco desenvolvia um projeto de formação profissional para as mães das crianças matriculadas na creche e na pré-escola, através de duas oficinas-escola, uma de corte e costura e a outra de cabeleireira.

Por ocasião de minha primeira visita à instituição, essas duas oficinas funcionavam bem, mas uma terceira havia sido fechada anteriormente. Tratava-se de uma cozinha industrial, na qual eram oferecidos cursos de salgados e existia uma cooperativa para a fabricação de produtos de alimentação congelada e esse

empreendimento contava com uma certa infra-estrutura, incluindo um caminhão refrigerado, doado por uma entidade holandesa.

Recebi, então, um convite da coordenação da Obra Social Dom Bosco para ministrar uma palestra sobre empreendedorismo para esse público que estava sendo formado nas duas oficinas mantidas pela Obra. Fiz uma breve apresentação, após a qual fui convidado a voltar e, a partir daí, desenvolvemos a idéia de formarmos um núcleo de apoio ao cooperativismo. Esse núcleo começou a funcionar em março de 2002. A minha permanência à frente do projeto teve a duração de um ano. Esse projeto também contou com a supervisão do professor Ricardo Carvalho. Foi a partir dessa supervisão que colocamos em prática vários referenciais teóricos, dos quais vamos tratar mais a fundo no capítulo 2.

O primeiro passo foi conseguirmos pontos de comercialização para os produtos fabricados pelas pessoas que vieram fazer parte da incubadora.² Até esse momento, final de abril de 2002, ainda no início do projeto, só tínhamos pessoas trabalhando individualmente. A nossa tese era de que a aproximação das pessoas para a construção de uma relação solidária se faria por áreas de interesse. Até essa altura, só tínhamos cooperação na fase de comercialização.

Na incubadora, os produtos fabricados inseriam-se na Economia Tradicional: artesanato, *lingeries*, tapetes, bolsas, roupas e acessórios de materiais reciclados, material de higiene pessoal, em arranjos para presentes, e outros produtos nessa linha.

Os produtos eram vendidos em quatro barracas, disponibilizadas para a incubadora, pela Companhia de Urbanização de Contagem, numa feira que funciona de forma similar à Feira de Artesanato de Belo Horizonte. Essas barracas eram temáticas, isto é, vendiam produtos que se enquadravam em segmentos específicos, como vestuário, decoração, cosméticos, etc. O atendimento, nas barracas, era feito pelas pessoas que faziam parte da incubadora, sempre trabalhando em duplas.

² Chamamos esse projeto de incubadora porque, em linhas gerais, buscamos trazer todos os elementos possíveis de apoio aos grupos, tal como era feito nos modelos de incubação vistos por nós em pesquisas de campo e na literatura especializada. Desde o seu surgimento, houve muitas modificações e adaptações de modelos de incubadora, principalmente as de base tecnológica. Esses modelos foram nos influenciando no decorrer da experiência. Começamos o processo de incubação, por exemplo, pela comercialização, porque todas as pessoas que foram participar da incubadora já fabricavam produtos, e algumas delas viviam exclusivamente da venda desses produtos. Hoje, um grande problema dos processos de incubação é a comercialização dos produtos das cooperativas ou empresas atendidas pelas incubadoras.

As reuniões ocorriam numa sala cedida pela Obra Social Dom Bosco. Posteriormente, através do então Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico de Contagem, foi disponibilizado, nessa secretaria, um auditório para os encontros do grupo.

Tínhamos encontros todas as segundas-feiras, e a comercialização dos produtos era feita aos domingos e, às vezes, aos sábados, em épocas de forte movimento, como finais de ano. Esses momentos também eram usados para troca de experiências e algumas correções necessárias.

Esse projeto também nos proporcionou uma convivência mais direta com várias instituições governamentais, em seus vários níveis, tais como: secretarias do município de Contagem, instituições bancárias, associações comerciais, etc. E aqui nos chama a atenção a necessidade de institucionalização dos grupos, pois, sem existência jurídica, não é possível qualquer tramitação legal junto a bancos, por exemplo.

No projeto da Obra Social Dom Bosco, passamos a receber estagiários do curso de Psicologia da UFMG. Esses estagiários eram alunos do professor Ricardo Carvalho e, no projeto, puderam ter a vivência dos processos psicossociológicos e participar das intervenções junto ao grupo.

Na busca de dinamizar as práticas e saberes produzidos na incubadora, sempre eram convidados profissionais das mais diversas áreas: Engenharia de Produção, Ciências Sociais, Nutrição.

Também criamos um curso, com duração de 10 horas/aula, tendo como objetivo introduzir o grupo em diversas questões, como plano de negócio, saúde mental no trabalho, pesquisa de mercado, marketing.

Uma das lições mais marcantes que pudemos tirar de toda essa experiência diz respeito à necessidade constante de assistência psicossociológica para as pessoas atendidas pela incubadora. Não se tratava, apenas, da transmissão de conteúdos pragmáticos, mas de correções e adequações no fazer diário, dentro do projeto. Algumas questões exigiam imediata intervenção, momentos em que pontos de vista divergentes podiam terminar com a dissidência de membros do grupo, pois, em situações de impasse, as pessoas optavam pela radicalização e não pela negociação. Esses eram problemas comuns, corriqueiros, e, se deixados sem resolução, podiam minar o projeto de forma fatal.

Essa necessidade de acompanhamento por parte dos grupos foi um elemento que, posteriormente, levamos para as discussões na incubadora do NESTH,³ porque, estruturalmente, a divisão do trabalho junto aos grupos se fazia por etapas e módulos. Assim, era impossível acompanhar toda a trajetória de um grupo dentro da incubadora, a não ser que se fizesse o trabalho de forma voluntária. Defendemos sempre a necessidade de assistência constante aos grupos, como é feito na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção da UFRJ (ITCP/COPPE), por exemplo, onde esse trabalho é realizado por uma Assistente Social.⁴

Essas experiências citadas acima têm enriquecido o nosso aprendizado acerca do tema incubadora, e tem feito com que exista, de nossa parte, uma adesão cada vez maior à idéia inicial de que as incubadoras de empresas e, depois, de cooperativas, se caracterizam como um instrumento poderoso para alavancar empreendimentos econômicos e promover a geração de empregos e renda.

Essas vivências foram propiciadas durante os atendimentos, primeiro como técnico e pesquisador da Incubadora do NESTH, e, depois, como professor. Nas disciplinas dadas por mim, como Psicologia da Indústria, Treinamento de Recursos Humanos, Seleção de Recursos Humanos, as questões surgidas no trabalho com os grupos sempre foram levadas à sala de aula.

Não podemos dizer que conseguiremos abarcar toda a realidade que cerca esses grupos e suas relações com: seus membros, internamente, com o contexto social e histórico de seu tempo, com as incubadoras que os apóiam, com os sistemas legais/institucionais que os regulamentam, com os processos grupais e individuais que caracterizam sua subjetividade como grupo unitário, ímpar, único, com história única.

Mas qual teoria comportaria tal infinidade de questões?

Dentro desse trabalho com a Incubadora do NESTH, na área da Psicologia, tive como principal autor de referência Enriquez⁵ e Carvalho,⁶ sempre com uma forte questão presente: os elementos fornecidos pelos referidos autores conteriam dados

³ Na incubadora do NESTH, venho atuando desde setembro de 2004, sendo que, em novembro, assumimos a coordenação do Setor de Autogestão.

⁴ Informação colhida em visita técnica à ITCP/COPPE, realizada em 20/05/2005.

⁵ Na sua obra maior: *A organização em análise*, de 1997.

⁶ Usando como referencial teórico as três dimensões psicossociológicas, a saber: dimensão jurídico-econômica, dimensão político-administrativa e dimensão sócio-psicológica.

consistentes para se entender e produzir processos de intervenção numa realidade tão complexa quanto a que se constitui na relação das incubadoras e grupos por elas atendidos. A resposta à pergunta é sim.

No contexto que busquei observar nesta pesquisa, um tema polêmico, por exemplo, são os *coopergatos*, em que grupos diversos acabam constituindo cooperativas com o fim exclusivo de burlar a legislação trabalhista, com manipulações grosseiras do que seria um programa fundamentado nas propostas da Economia Solidária, que, entre outros quesitos, implicam a valorização prioritária do trabalho ao invés do capital, a gestão democrática, a participação efetiva de todas as pessoas que compõem o empreendimento, sendo este apenas um viés do tema que envolve a discussão sobre o trabalho das incubadoras.

Nesse sentido, é importante perceber que a participação efetiva de cada membro do grupo constrói uma estrutura sólida e vigorosa capaz de suportar todos os percalços internos e externos vividos por esses grupos e, certamente, não é fácil construir estruturas democráticas e de valorização do sujeito dentro de uma sociedade como a nossa. Como nos fala Enriquez (2001:30) “em nossa época, não é bom fazer parte dos que não são combatentes, 'matadores frios', vencedores que querem ir até o fim, que gostam de tomar a iniciativa e gostam de risco, que estão prontos a se 'exaurir' pelo triunfo da equipe, do seu serviço, da sua organização”.

Dentro dos processos de incubação,⁷ existe uma vasta gama de experiências, desde as incubadoras de empresas de base tecnológica até as *caçulas*, as incubadoras de cooperativas.

As experiências anteriores de “incubação de empresas” diferem em muitos das tentativas de “incubação” de cooperativas populares. Um processo que havia sido criado para sustentar a criação de empresas de alta tecnologia, com empresas de uso intensivo de tecnologia em seus processos, mão-de-obra altamente qualificada, com quase nenhuma hierarquia na divisão e supervisão do trabalho, contando com forte autonomia, por parte dos empresários/empreendedores, agora se modifica para atender a um público completamente diferente e atuar na formação de cooperativas. A maioria dessas cooperativas tem uso intensivo de mão-de-obra, baixíssimo uso de tecnologia e atuam

⁷ Às vezes chamado de "incubagem", mas chamaremos aqui de "incubação". Esse é o processo pelo qual passa um grupo, com vistas a se tornar uma entidade autônoma – jurídica, social e psicologicamente –, e capaz de prover seus membros de renda, pelo processo de organização da sua produção e/ou serviço.

em setores tradicionais da economia. Exemplos são as cooperativas de prestação de serviços e cooperativas ligadas a pequenas indústrias, como será mostrado no nosso estudo de caso.

Entre os fatores citados, existem outros fatores que limitam, sistematicamente, suas possibilidades de se firmarem nos seus mercados e de nele se expandirem. Crédito caro, políticas governamentais equivocadas e com pouca consistência e duração, falta de políticas públicas para atender a esse público, que são os marginalizados do sistema econômico, e muitos deles se encontram em cooperativas.

Essa diferença entre a ITCP e as Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica (IEBT) será explicitada pelo coordenador da ITCP/COPPE, Gonçalo Guimarães, no decorrer deste texto, mas já podemos dizer que se diferem ontologicamente, não se constituindo as ITCP em apenas uma variante das IEBT.

Cabe, aqui, uma discussão sobre o conceito de ITCP, não acerca da noção clássica de incubadora, que será amplamente abordada em todo o texto e, de forma mais aprofundada, no capítulo 1.

Quando se trata de atribuir a essas incubadoras o título de tecnológica, deve-se ter em mente pelo menos duas questões. Segundo Guimarães (2005), tecnologia, nesse caso, diz respeito a processos inovadores de produção de organização interna dos grupos e da produção do trabalho e/ou serviço produzido por esses mesmos grupos; no caso das cooperativas, Guimarães (2005) afirma que, “na verdade, quando nós dizemos que nos baseamos em um modelo de incubadora, é em um conceito de atividade econômica protegida, com um tempo determinado, com uma perspectiva de política pública para um modelo de desenvolvimento. E aí foi que a gente usou como conceito”.⁸ Acrescenta: “No nosso caso, o produto não é novo, eu não estou lançando, a partir das cooperativas populares, novos produtos; eu estou lançando novos personagens nesse palco. Então, a proteção é às pessoas e não ao produto [...], a ITCP é um projeto de inclusão social a partir da inclusão econômica”.⁹ E, a partir dessas considerações, ele define: “o que nós chamamos de incubadora é uma forma, uma metodologia, um método de desenvolver empresas”.¹⁰

⁸ Entrevista em 20/05/2005.

⁹ Entrevista em 20/05/2005.

¹⁰ Entrevista em 20/05/2005.

Essas definições apontam para uma outra questão manifestada anteriormente, quando da escolha do nome do projeto, conforme o relato de Guimarães:

no início, tinha confusão sobre nome, incubadora tecnológica, foi um rolo, aí colocou Incubicoppe, Coppe, tem que escolher um nome [...], na realidade, era a resposta de uma determinada escala, e aí, a gente começou a trabalhar em duas perspectivas: uma, o projeto é interessante, ele deveria ter escala, se não tivesse escala ele morreria, e aí, surgiu a estratégia de transformar esse projeto em um projeto nacional e surgiram articulações para que várias universidades participassem. Isso foi um projeto político, uma estratégia de reproduzirmos o modelo.¹¹

E finaliza: “incubadora era um nome socialmente desconhecido. Incubadora existe há 30 anos, esse processo, ele leva incubadora/incubação. O que eu chamo de conjugar o verbo. Vulgarizar no sentido de tornar pública uma expressão que, antes, era muito pequeno o uso social”.¹²

Podemos perceber que não se trata apenas de uma nova terminologia que irá caracterizar uma nova forma de trabalho. Trata-se de uma construção sócio-histórica, que é recortada por necessidades políticas e de inserção social. Guimarães (2005) também relata como foi difícil formar esse grupo de universidades para adquirir essa escala, citada acima, que pudesse constituir-se em uma rede. A ITCP/COPPE “é fruto da proposta de incluir, economicamente, setores socialmente excluídos pela política econômica adotada pelo governo brasileiro”.¹³

Por tudo isso, o conceito ITCP se liga a uma rede que adota práticas parecidas no processo de incubação, tendo em vista obter resultados que consigam, como diz Gonçalo Guimarães, agir em duas frentes, tanto de inserção das pessoas em estado de marginalização, e da outra ponta, ao se obter escala em seus resultados, de indicação de caminhos para a construção de políticas públicas para a geração de emprego e renda. Não se trata de projetos pontuais, mas, de um amplo projeto nacional. Podemos concluir que se pode ser uma incubadora de cooperativa sem se constituir numa ITCP.¹⁴

¹¹ Entrevista em 20/05/2005.

¹² Entrevista em 20/05/2005.

¹³ Incubadora Universitária Tecnológica de Cooperativas Populares: uma proposta de política pública de crédito produtivo (<<http://www.itcp.coppe.ufrj.br>>).

¹⁴ A lista da rede das ITCP's está em Anexo I.

A Incubadora do NESTH/UFMG não pertence à rede das ITCP's, mesmo se constituindo como uma incubadora de cooperativas populares. Como cita o relatório parcial do Programa Nacional de Cooperativas (PRONINC), de agosto de 2004 a fevereiro de 2005:

No estágio atual de desenvolvimento dos projetos de incubação de cooperativas sociais na UFMG não se constitui ainda uma unidade organizacional vinculatória de todas as iniciativas desta natureza que se encontram em andamento em mais de uma unidade acadêmica. Deve ser mencionada a iniciativa em andamento de se constituir uma Coordenação das Incubadoras de Empreendimentos Solidários, que seria integrada à Coordenação de Empreendimentos de Base Tecnológica, que já existe na UFMG.

Portanto, o que ocorre com a Incubadora do NESTH é uma busca de constituir uma rede interna com a IEBT/Inova, a Incubadora de Base Tecnológica da UFMG. O relatório cita o fato de que

não há colaboração ou integração das ações referidas ao projeto em tela com políticas patrocinadas pelos governos municipal, estadual ou federal. Alguns dos grupos em capacitação foram selecionados em virtude de avaliação por parte da coordenação do projeto de que caberia dar continuidade a trabalho de mobilização e sensibilização de grupos populares iniciado por projeto do Centro Nacional de Formação Comunitária (CENAFOCO), financiado pelo Governo Federal.

[...]

Não foram formalizadas parcerias, não obstante o projeto em tela venha contando com a cooperação de igrejas, órgãos da Prefeitura de Belo Horizonte e do Fundo Cristão Familiar.

Isso não invalida o uso que estou fazendo das informações colhidas da ITCP/COPPE e da Incubadora do NESTH/UFMG. Não se trata de um estudo comparativo entre as duas. As informações surgidas a partir da ITCP/COPPE marcam um percurso, uma história, e a Incubadora do NESTH/UFMG se define a partir de sua relação com os grupos atendidos, um novo *modus operandi*, uma nova forma de trabalho.

Não ignoramos que a Incubadora do NESTH baseia sua metodologia de incubação em outros modelos, mas esse fato não diminui o seu trabalho, ao contrário, esse trabalho de síntese e adaptação é imprescindível em qualquer empreendimento.

Um outro trecho extraído do relatório do PRONINC, sobre a metodologia usada, deixará mais claro o que estamos dizendo:

Uma vez selecionados os grupos a serem acompanhados, partiu-se da premissa de que a capacitação não deveria ser padronizada, isto é, não deveria haver um planejamento rígido, com cronograma padronizado de aplicação de conteúdos de capacitação a cada grupo, numa seqüência puramente disciplinar. Desde o início, as equipes concordaram que o trabalho de capacitação deveria levar em conta as condições peculiares de cada grupo. Esta visão metodológica implicou a necessidade de se partir de um diagnóstico prévio de cada grupo, antes de se estabelecer a ordem de formação por área de capacitação, bem como o tempo a ser destinado a cada conteúdo de capacitação.

Vale dizer que a nossa escolha do campo de pesquisa foi motivada pelo tipo de trabalho que estávamos desenvolvendo na Incubadora do NESTH/UFMG e por essa nova relação que estava sendo criada com os grupos, colocando-nos diante de uma situação que exigia e exige novas posturas e o desenvolvimento de novas tecnologias de incubação.

Devemos fazer uma outra observação: a escolha do líder comunitário para “falar” em nome do grupo escolhido para análise se deu em função de toda a sua trajetória – ele está, há 15 anos, no mesmo ramo de fabricação de peças em couro e sintéticos, ramo que caracteriza a atuação do grupo em processo de incubação. Hoje, a fábrica funciona em um terreno na casa desse líder comunitário; em 2005, o pequeno prédio foi ampliado, o que proporcionou mais conforto ao grupo. Não estamos afirmando que existe uma liderança com seguidores, mas, sem dúvida, esse líder exerce um poder enorme sobre todo o grupo. Essas foram, de modo geral, as motivações que nos levaram a estabelecer esse grupo como objeto de pesquisa e esse líder como a pessoa que pudesse falar por todos os seus membros.

Também está presente o trabalho da ITCP/COPPE/UFRJ. Por tudo que tem sido criado a partir dela, para nós, fica impossível não incluí-la como referência nesse processo. Historicamente, sua importância é inegável; ela também tem se destacado

como uma fonte quase inesgotável de inovações nos processos de incubação, como poderemos ver ao longo deste texto.

Vale ainda destacar que o grupo escolhido por nós para a pesquisa de campo, o Couro Sim, consiste em um empreendimento industrial, com a concentração de mão-de-obra em um pequeno espaço, uma forma de organização de trabalho taylorista, na qual o trabalho é pensado e organizado por um ou dois membros do grupo.

O grupo é caracterizado da seguinte forma, pelo Relatório Parcial do PRONINC: trata-se de um grupo de oito pessoas, já está organizado para a produção e sobrevive dela, distribuindo, entre os membros, o lucro resultante do trabalho coletivo, que funciona segundo divisão de tarefas que são atribuídas segundo a capacidade técnica e identificam as responsabilidades de coordenação e gestão do negócio. Trata-se de um grupo que tem condições muito propícias para manter-se como unidade produtiva estável, no espírito solidário, conforme o relatório.

Este será, então, o nosso campo: a relação incubadora/grupo, através da qual mostraremos como as situações ligadas às incubadoras têm caminhado num processo de espiral histórica. O que significa dizer que na medida em que são aprimoradas as técnicas de “incubagem” no espaço das incubadoras, também nessa mesma medida os grupos são fortalecidos. Essa relação de parceria amplia as possibilidades de se poder criar espaços de uma ampla rede de economia solidária. Talvez possamos até atingir um ponto de criação espontânea de empreendimentos econômicos solidários. Um ponto históricos que favorece esse processo é a natural exclusão promovida pelo sistema capitalista.

Podemos perceber que, mesmo se constituindo numa incubadora de cooperativas, o projeto coordenado pelo NESTH não se configura numa ITCP.

Cabe ressaltar, ainda, que projetos de ITCP e de IEBT convergem em alguns pontos, e essa observação alarga a percepção de que elas têm como contribuir uma com as outra.

Notadamente, a ITCP e a IEBT têm em comum o ponto de serem organizações que são controladas pelos próprios trabalhadores. Quer dizer, não existe aqui a distinção entre capital e trabalho ou mesmo um processo de contratação de força de trabalho, já que, em ambos os casos, os donos do empreendimento são os responsáveis pela organização, produção/execução do trabalho. Também a gerência e o controle de

peçoal são feitos de forma similar, por meio de mecanismos, como conselho de ética, que constam do regimento interno e do estatuto.

Juridicamente, existem possibilidades de contratação de mão-de-obra em ambos os casos citados acima, mas, por uma questão de arranjo social e produtivo, a forma de geração de emprego não segue, na maioria dos casos, a empresa capitalista padrão.

Este é um forte traço em comum entre a ITCP e a IEBT: condições de autogestão e cooperação mútua. Certamente não falamos de um todo; existem situações de manipulação, coerção e outros artifícios que são usados por alguns para subjugar e dominar outros membros do grupo.

As incubadoras que atuam na área de tecnologia são as incubadoras de empresas de base tecnológica. No extremo da necessidade e uso intensivo de tecnologia, as primeiras disponibilizam serviços básicos de escritório, indo até a busca de contatos para financiamento com capital de risco, patente, propriedade industrial; elas têm uma preocupação mais ligada a questões instrumentais.

Já no caso das cooperativas, estão incluídos, muito fortemente, fatores psicossociais que entram como um elemento de instabilidade do processo. Como relata Guimarães,¹⁵ nas incubadoras de cooperativas, pessoas é que são incubadas.

Também se incluem nesses elementos citados acima, fatores econômicos, socioambientais, geográficos. O público atendido por essas ITCP's é o que Guimarães chama de “os herdeiros de Isabel”, ou seja, pessoas que, por motivos os mais diversos, estão à margem dos processos econômico-sociais.

Não vou ignorar que este “recorte” que pretendemos fazer tem como pano de fundo imensas transformações processadas no mundo trabalho, e essas mudanças ocorrem em todo planeta. As novas formas de organização do trabalho e gestão de recursos humanos, em que são inseridos mecanismos de cortes intensos de mão-de-obra, reengenharias, CCQ's, uso intensivo de tecnologia na produção, etc., são fatores que causaram um grande desequilíbrio na luta capital x trabalho.

O teatro de operações onde esses novos mecanismos, como as ITCP's, são introduzidos é marcado por uma conjuntura neoliberal de alta competitividade. Toda a ideologia subjacente a essa conjuntura foi criada e está sendo usada para justificar cada

¹⁵ Entrevista em 20/05/2005.

mudança em favor de regras econômicas mais flexíveis e que tendem a privilegiar o capital.

Nesse caso específico, reina a ideologia do empreendedorismo, que não pretendemos discutir aqui, mas que tem suscitado desconfiança diante da colocação do indivíduo como onipotente e senhor do seu destino, capaz de realizar feitos grandiosos. Como nos relata Enriquez,¹⁶ “nessa ética, o elemento esportivo predomina, porque o homem de sucesso não é o homem nobre nem o virtuoso, mas é o homem da performance mensurável, performance sempre a recomençar, a vitória nunca sendo definitiva. Ao contrário, ela pode ser bem efêmera”. Essa crítica se dirige aos doutrinários avessos a qualquer julgamento de suas doutrinas de apologia ao individualismo, ou, como nos esclarece Enriquez, de processos de individuação.

Como disse anteriormente, não vamos nos furtar a considerar as relações que se evidenciam no nível macroeconômico, dos grandes movimentos econômicos e políticos internacionais, mas nosso trabalho terá como foco questões locais, tais como: a relação entre os grupos e a incubadora do NESTH. Olhar imprescindível para nós.

Estamos, nós todos envolvidos com o projeto, diante de uma relação de “fazer diário”; aqui, por mais que a equipe da incubadora domine todos os conhecimentos técnicos, não existe nenhuma certeza de que haja transferência desse conhecimento e nem de que este possa ter o uso “correto”, prescrito. E, principalmente, de qual o uso os grupos estão, de fato, fazendo dessas informações e qual a sua validade para eles.

O objetivo é dividir este trabalho em três capítulos, sendo que, no primeiro, trataremos de conceituar e observar como ocorreram as mudanças nas incubadoras, desde o seu surgimento, nos EUA, até o modelo atual das ITCP’s.

No segundo capítulo, tratarei de contextualizar as ITCP’s dentro de um espaço mais amplo, que é o da Economia Solidária. Procuraremos entender, também, o que são os Empreendimentos de Economia Solidária (EES) e o papel que as incubadoras têm desempenhado no seu desenvolvimento e consolidação.

Também nesse capítulo, buscarei estabelecer um referencial teórico a partir da Psicossociologia, que deverá nos permitir transpor o entendimento das incubadoras apenas como mecanismo de desenvolvimento econômico. O nosso trabalho indica que o fator econômico-financeiro não é o centro absoluto da relação entre os grupos que

¹⁶ ENRIQUEZ, Eugène (2001). *O papel do sujeito humano na dinâmica social*.

buscam se constituir sob o modelo de cooperativas,¹⁷ pois que existem muitas outras implicações concorrendo no processo de constituição de um empreendimento. Esse referencial teórico-metodológico será, portanto, nosso guia no entendimento do grupo que será objeto de um estudo mais aprofundado.

O capítulo final será usado para a apresentação do processo de formação da Incubadora do NESTH, do campo e análise dos dados recolhidos na pesquisa de campo – que envolveu visitas à ITCP da COPPE/UFRJ, no Rio de Janeiro, e à Incubadora do NESTH/UFMG – e posterior síntese desses dados.

Gostaria de lembrar que já havia um trabalho desenvolvido, pelo pesquisador, na Incubadora do NESTH, desde setembro de 2004, na condição de técnico em incubação. A essa experiência, somou-se o trabalho de pesquisa e, depois, como professor do Departamento de Psicologia da FAFICH/UFMG. Essas experiências vivenciais também serão usadas neste trabalho, bem como as outras experiências relatadas no início desta introdução,¹⁸ objetivando acrescentar elementos para uma melhor compreensão do objeto da pesquisa.

O que pudemos observar durante essas práticas, foram não apenas esforços no sentido de (re)construção da vida econômica e financeira das pessoas envolvidas no processo, mas, também, uma tentativa de estruturação de laços sociais. O fazer comunitário, os encontros, as reuniões, todos esses elementos, davam aos participantes um forte senso de pertencimento, de inclusão. E esse fato pôde ser observado de forma marcante na relação que a Incubadora do NESTH tem com os grupos incubados.

Essas experiências trouxeram implicações subjetivas da minha parte, e esse envolvimento me aproxima das questões que estão sendo enfocadas. Não se trata de um envolvimento apenas como pesquisador, mas creio que as propostas de organização do trabalho para geração de emprego e renda, via incubadoras, são extremamente relevantes, já que, de fato, a exclusão e a pobreza são marcantes e, às vezes, chegam a neutralizar as iniciativas, mas penso que mudanças são possíveis a partir da iniciativa do sujeito na dinâmica social.

¹⁷ Cooperativas são, genericamente, a forma como vamos chamar os grupos em processo de formação, salvo alguma situação em que, juridicamente, algum grupo se constitua com outro formato – o de associação, por exemplo.

¹⁸ Refiro-me ao trabalho de formação e acompanhamento das cooperativas em processo de incubação, como componente das equipes multidisciplinares do NESHT; à pesquisa realizada, durante dois anos e meio, no Centro Inovação Multidisciplinar (CiM/Icex), uma incubadora de base tecnológica; e ao projeto de incubadora popular, iniciado junto à Obra Social Dom Bosco, em Contagem.

Capítulo 1

Incubadoras: possibilidade de desenvolvimento e a inclusão

As Incubadoras de Empresas (IE) surgiram, nos Estados Unidos, em 1965, mas já em 1964 são esboçados alguns de seus princípios. Antes dessa data, no ano de 1955, a Universidade de Stanford já havia criado o seu parque industrial, o Stanford Industrial Park, e, posteriormente, o Stanford Research Park, “como meio de transferir tecnologias da Universidade para laboratórios de empresas no parque” (FURTADO, 1998). No ano de 1955, o número de empresas instaladas no Stanford Industrial Park era de sete; em 1991, esse total já era de 91, com mais de 25.000 trabalhadores.

Para Furtado, “a inovação de Stanford vai marcar o processo de reformulação da relação universidade/empresa, da história e mesmo da universidade e revolucionar a concepção da instalação industrial enquanto lugar” (FURTADO, 1998:34).

De acordo com Santos (1987), dois exemplos merecem destaque,

pelo número de empresas e empregados que concentram e pelo sucesso obtido. São eles o Silicon Valley, no Estado da Califórnia, surgiu do esforço intencional e planejado da Stanford University. A Route 128, no Estado de Massachusetts, teve a maioria de suas empresas fundada por empreendedores que eram ex-alunos ou professores provindos da Harvard University e do MIT. (SANTOS, 1987:17-8)

De fato, o Silicon Valley constitui um ícone do desenvolvimento tecnológico no mundo inteiro, e o parque tecnológico da Route 128/Massachusetts Institute of Technology (MIT) teve uma relação de impulso direto devido a parcerias para fornecimento de tecnologia ao aparelho militar.

Tanto no Vale do Silício quanto na Rodovia 128, inaugura-se uma relação universidade/empresas que, a partir de então, viria a ser extremamente bem sucedida. Toda a “tecnologia de ponta” que era gerada dentro dessas universidades e centros de pesquisa estava sendo transferida para empresas, mais ainda, começava a surgir, de forma fomentada, a criação de empresas a partir dos próprios pesquisadores.

Mauricio Guedes Pereira¹⁹ (2001) cita que um “recente estudo realizado pelo Departamento de Economia do *BankBoston* identificou 4.000 empresas formadas por

¹⁹ Engenheiro de Produção da UFRJ. Presidente da ANPROTEC. Apresentação do livro *Empreendedorismo: ciência, técnica e arte*.

ex-alunos do *MIT (Massachusetts Institute of Technology)*. Em 1994, essas empresas empregavam 1 milhão de 100 mil pessoas e faturaram US\$ 232 bilhões em todo o mundo”. São números expressivos e impressionantes e Pereira, a título de comparação, lembra que, “se essas empresas formassem um país, seria a 24^a maior economia do mundo” (2001:03).

Essas experiências não aconteceram apenas nos Estados Unidos; Europa (França, Inglaterra, em destaque) e Japão também desenvolveram modelos de criação de parques tecnológicos e tecnópoles bem sucedidos pela parceria universidade/empresas. Contudo, a experiência americana deve ser citada, sempre que se aborda o assunto de criação de empresas de tecnologia avançada, pelo pioneirismo em desenvolver um aglomerado de empresas de alta tecnologia, de elevado nível competitivo, que se tornou modelo para vários países europeus (SANTOS, 1987; FURTADO, 1998).

As incubadoras tecnológicas começam a surgir em meados da década de 1960, embora alguns autores falem do seu surgimento apenas no início da década seguinte. Mas, é a partir de 1984 que seu número aumenta de forma considerável. O quadro, a seguir, mostra como esses números se desenvolveram.

Quadro 1 – Evolução do número de Incubadoras nos EUA

Ano	Nº de Incubadoras	Nº de Empresas Incubadas
1965	3	–
1982	10	–
1984	70	910
1991	500	Não disponível (*)

(*) se fosse usada a média da NBIA, teríamos um total superior a 6.000 empresas.

Fonte: elaborada por Furtado (1998:15)

A iniciativa de criação do que se pode considerar como a primeira incubadora foi da University City Science Center (UCSC), em 1964. A UCSC estava ligada a duas grandes universidades da Pensilvânia. A esse centro não se podia chamar ainda de incubadora, mas já seria uma espécie de “embrião”, permitindo o trabalho com as pequenas empresas e o desenvolvimento de novos negócios sob o mesmo abrigo (FURTADO, 1998). Em princípio, nesse período embrionário do projeto, o objetivo era

de aproveitamento de áreas que estavam abandonadas; eram projetos de “reformulação urbanística”.

Compans nos traz elementos para entender as múltiplas faces da reestruturação da política urbana norte-americana, com conseqüências diretas no surgimento das áreas de tecnologia.

A reorientação da política urbana norte-americana acompanha o esgotamento do modelo de desenvolvimento fordista e a crise fiscal do Estado. Quando o fechamento de fábricas e a decadência de atividades portuárias, no início dos anos 70, deram os primeiros sinais da estagnação econômica que se aprofundaria ao longo da década, a reação do governo norte-americano renunciou a mudança de rumo que se observaria na política urbana daquele país. (COMPANS, 2005:82)

Os Estados Unidos não foram os únicos a criar agências de desenvolvimento urbano, como a Urban Development Corporations (UDC's). O governo britânico, influenciado pelo renascimento econômico de áreas como Boston, Nova York, Baltimore, Pittsburgo e Filadélfia, sob a coordenação do governo Thatcher, empreende experiências semelhantes, na tentativa de reestruturar zonas urbanas industriais decadentes (COMPANS, 2005).

O governo britânico criou ainda zonas empresariais nas quais, da mesma maneira que nos Estados Unidos, eram concedidos incentivos fiscais e financeiros para a localização de empresas, tais como, isenção de impostos locais sobre imóveis durante dez anos e subsídios equivalentes a 100% do capital investido na construção de edifícios comerciais e industriais. (COMPANS, 2005:88, citando PARKINSON, 1992)

A experiência norte-americana e, depois, da Grã-Bretanha tiveram repercussões em toda a Europa Ocidental. É importante destacar o papel crucial de outros governos nacionais europeus na difusão das experiências norte-americanas e, posteriormente, das britânicas, por meio da realização de congressos e seminários em que essas iniciativas eram minuciosamente estudadas (COMPANS, 2005).

Os governos Reagan e Thatcher (americano e inglês), marcadamente liberais, seguidos de países como Alemanha e Holanda, tinham em comum a mesma estratégia

de modernização, baseada na desregulamentação dos mercados e na privatização, além do estímulo às parcerias (COMPANS, 2005).

Atribuir exclusivamente ao neoliberalismo dos governos nacionais a reorientação ocorrida na política urbana norte-americana e europeia nos parece excessivo [...]. Na verdade, uma conjunção de fatores estruturais e conjunturais concorreu para a incidência de tal fenômeno. A falência do modelo de financiamento público – o principal sustentáculo da política urbana no período fordista – foi provavelmente um fator determinante, relacionado à crise do *welfare state keynesiano* e mais amplamente ao esgotamento do fordismo enquanto modelo de desenvolvimento. A dependência do financiamento privado transformou radicalmente a relação entre Estado e atores econômicos, ao subordinar a atuação do poder público à lógica da rentabilidade dos investidores privados.

A mudança do paradigma tecnológico e do regime de acumulação também contribuiu, ainda que, indiretamente para a reorientação da política urbana nesses países (COMPANS, 2005:88-9)

Um exemplo desse objetivo de revitalização urbanística, via introdução de empresas de tecnologia, nessas áreas “decadentes”, foi o projeto da Control Data, em parceria com a City Venture Corporation; juntas, essas organizações privadas criaram o Business and Technology Centers (BTC), surgido em St. Paul, em 1979. O modelo adotado em St. Paul proliferou, abrangendo muitos outros projetos de revitalização. Havia um esforço conjunto, de empresas e governos locais, para o desenvolvimento de certos segmentos específicos de algumas indústrias. Os alvos eram regiões decadentes ou alguns segmentos industriais em crise. Alguns segmentos industriais e econômicos estavam sendo redirecionados, mas ainda não se pode dizer que se tratava de um planejamento estratégico. Há que se dizer que, desde o surgimento na Stanford University, em 1965, da experiência do Vale do Silício e a Rodovia 128, surgida por iniciativa do MIT e da Harvard University, essas foram ocorrências mais ou menos isoladas.

Porém, com a experiência de St. Paul é que se passou a contar com o apoio firme de instituições governamentais.

St. Paul pode ser entendido como um misto de empreendimento imobiliário, renovação tecnológica e busca de novas oportunidades para empresas nascentes, a chance de ocupar áreas a baixo custo.

Os espaços decadentes em cidades afetadas pelo declínio industrial, ou mesmo áreas abandonadas de pequenas cidades e zonas rurais, fizeram com que os prédios das fábricas, depósitos e escolas se tornassem alvo de ações para a criação de incubadoras nesses locais. Uma mescla de atores públicos e privados, ou seja, governos locais, estaduais e instituições não-governamentais foram parceiros nessas ações. (FURTADO, 1998:17-8)

Em 1973, inicia-se uma nova etapa no sentido de levar as incubadoras ao formato com o qual as conhecemos hoje. A National Science Foundation, nos Estados Unidos, busca desenvolver um projeto junto a nove universidades, sendo que, em três delas, o objetivo era a criação de centros de apoio a empresas nascentes; buscava-se dar apoio ao desenvolvimento de novos produtos e idéias (FURTADO, 1998).

Em 1976, foi criado, na Filadélfia, por empreendedores privados, o Technology Enterprise Center, um centro de inovação empresarial. A proposta era inovadora – criar ambiente de incubação que favorecesse o sucesso de comercialização e/ou inovação tecnológica (FURTADO, 1998).

Esse é o modelo de incubadora que se firmou e se desenvolveu em todos os Estados Unidos e se espalhou por outros países, entre eles, o Brasil. Nesse caso, estamos nos referindo ao modelo de apoio, e não ao modelo de financiamento.

1.1- A criação dos parques tecnológicos e suas conseqüências sobre a criação as incubadoras

Os parques tecnológicos surgem antes das incubadoras, porque, no início, a relação entre universidade/empresa estava muito mais calcada na universidade como fornecedora de tecnologia, isto é, as empresas vinham até as regiões onde se concentravam as universidades e centros de pesquisa.

Não se pode dizer, contudo, que não houvesse um intercâmbio de pesquisadores e professores, no sentido de criar oportunidades para que se tornassem empreendedores, criadores de empresas.

Os parques tecnológicos estão ligados a uma terminologia americana; na França, são chamados de tecnópolis; na Inglaterra, de *science park* e, no Brasil são comumente denominados de parques tecnológicos. Todas essas experiências são

marcadas pelas idéias iniciais desenvolvidas no Vale do Silício e na Rodovia 128, nos EUA.

O conceito de parque tecnológico é citado por Furtado, extraído de Santos.

Os parques tecnológicos são iniciativas planejadas que visam criar condições favoráveis para que as tecnologias desenvolvidas nas universidades e instituições de pesquisa e desenvolvimento sejam transferidas para o setor produtivo, via pesquisadores que criam ou participam da criação de empresas com o emprego das tecnologias geradas. (SANTOS, 1989:30)

Os pólos tecnológicos podem, eventualmente, abrigar incubadoras em suas estruturas; portanto, estamos falando de instituições com graus de complexidade e abrangência consideravelmente diferentes.

Essa foi uma das razões que levaram, por exemplo, no caso brasileiro, a se adotar o modelo de incubadora antes do modelo de parque tecnológico estar consolidado (ALMEIDA, 2004).

O quadro, a seguir, é útil no sentido de podermos fazer uma diferenciação entre os dois modelos:

Quadro 2 – Características dos modelos de incubadoras e parques tecnológicos

HABITATS DE INOVAÇÃO	PRINCIPAIS MECANISMOS DISPONÍVEIS			
	<ol style="list-style-type: none"> 1. Locais para inventores, empresas emergentes e laboratórios de pesquisa; serviços básicos e de promoção da sinergia intra e extra muros. 2. Glebas de terra e infra-estrutura para empresas intensivas em conhecimento, centros de pesquisa e organizações asilares; serviço de promoção da sinergia intra e extra muros. 3. Promoção da sinergia dos agentes da inovação da região. 4. Planejamento e administração inovadores conducentes à inserção competitiva da região na sociedade do conhecimento. 			
	1	2	3	4
Tecnópole	SIM	SIM	SIM	SIM
Pólo tecnológico	SIM	SIM	SIM	NÃO
Parque tecnológico	SIM	SIM	NÃO	NÃO
Incubadora de empresas	SIM	NÃO	NÃO	NÃO

Fonte: SPOLIDORO, Roberto. Hierarquia e seus *habitats* de inovação. In: *Tecnópoles e a sociedade do conhecimento*. (1996:202)

Nesses modelos, dos componentes que participam para a construção de toda essa estrutura que liga a pesquisa à outra ponta – a criação de empresas –, foram as universidades americanas que contribuíram decisivamente no modo de se articularem com a sociedade. A sua forma de institucionalização foi determinante:

Uma das características destacáveis dessa institucionalização (da universidade nos EUA), é a de que as tendências do pensamento intelectual absorvem e refletem correlativamente as principais questões que se manifestam na organização do país emergente. A institucionalização do ensino formal, em especial do ensino superior, adquire um papel de destaque na formação e desenvolvimento do Estado Moderno. A baixa participação do estado norte-americano em contraste com o pleno domínio dos grupos privados, laicos e religiosos, na organização do ensino superior são produtos da laicização do próprio Estado e da apropriação civil daquelas instituições sociais formadoras da cultura e do cidadão. (SASS, 1992:17)

Um outro fator que contribuiu para o surgimento das incubadoras, nos Estados Unidos, foram suas competências aglutinadas em um mesmo local. O Vale do Silício, Universidade de Stanford, concentrava seis mil Ph.D's, e a região da Rodovia 128, junto ao MIT, concentrava número equivalente de pesquisadores e pessoal de alto nível técnico.

Nas décadas de 1970/80, também ocorrem sérias mudanças na economia mundial, com a crise do petróleo e a introdução sistemática de automação nas empresas. Também a economia americana enfrentava a concorrência de economias como a japonesa, que fazia uso intensivo de tecnologia no processo de produção, novas formas de gestão de pessoal e organização do trabalho.

Como citado acima, os novos processos de urbanização, notadamente os industriais, são decisivos nesse processo.

Esses são alguns fatores que contribuíram para o surgimento das incubadoras e dos parques tecnológicos, nos Estados Unidos.

Podemos observar que, ao surgirem novos modelos de incubadoras, em outros países do mundo, não se contava com a mesma “institucionalização” que se observava nas universidades americanas. Essa consideração é bastante pertinente quando se trata do Brasil. É nas universidades públicas brasileiras – em sua quase totalidade – que as incubadoras e parques tecnológicos estão implantados.

No item 1.2, procuraremos desenvolver o tema da institucionalização e das condições históricas que favoreceram a criação dos parques tecnológicos e das incubadoras de empresas no Brasil.

1.2- As incubadoras de empresas

Existem várias definições de incubadoras, tanto mais depois que o fenômeno passou a se difundir por várias partes do mundo, mas a definição proposta por Furtado, citando Smilor, pareceu-nos a mais abrangente, como também conserva a linha de desenvolvimento histórico pela qual optamos.

Uma incubadora de novos negócios é uma instalação planejada para apoiar o desenvolvimento de novas empresas. Ela provê uma variedade de serviços e apoio ao *start-up* de empresas, com uma clara preferência para aquelas de alta tecnologia e indústrias manufatureiras

leves. A incubadora procura unir efetivamente talento, tecnologia, capital e conhecimento para alavancar o talento empreendedor, acelerar a comercialização de tecnologia e encorajar o desenvolvimento de novas empresas. Isto se dá sob uma variedade de nomes, incluindo “centros de inovação”, “centro comercial” e “centro tecnológico e empresarial”. (FURTADO, 1998:25)

As incubadoras chegam ao Brasil em 1984, como projeto criado pelo CNPq. Esse programa chamava-se “Implantação de Parques Tecnológicos”, sendo que, em 1986, são feitas as primeiras articulações, pelo CNPq, indicando a criação de incubadoras de base tecnológica.

Almeida (2004) relata que, “na segunda guerra mundial, o governo federal explicita uma política de C&T através de um processo onde se inicia a construção de uma infraestrutura institucional e o desenvolvimento de uma política de recursos humanos em C&T. A criação do CNPq em 1951, por exemplo”, e continua, dizendo que “a escala das ações em C&T, entretanto, crescem enormemente, quando o governo militar assume o poder, em 1964”.

Salienta, observando que, “pela primeira vez, as atividades da pesquisa são introduzidas institucionalmente nas universidades brasileiras, sendo parte de um programa de pós-graduação, em grande escala, executado em universidades públicas e algumas universidades católicas” (COUTINHO e FERRAZ, 1994, citados por ALMEIDA, 2004).

Essas informações nos permitem compreender o contexto que antecedeu o surgimento de pessoal qualificado em C&T. Esses seriam os elementos centrais que iriam alimentar o surgimento de novas tecnologias que, posteriormente, poderiam ser transferidas, inclusive gerando empresas de base tecnológica nas incubadoras.

Almeida também adverte: “embora alguns bons resultados sejam obtidos, no desenvolvimento de tecnologia endógena [...] o projeto de autonomia tecnológica é circunscrito às empresas públicas em setores estratégico” (COUTINHO e FERRAZ, 1994, citados por ALMEIDA, 2004).

Empresas estatais, como a Petrobrás, se beneficiam desse desenvolvimento, de tecnologias *off-shore*, por exemplo, ao passo que “o setor privado, como um todo, está excluído, e não se beneficia da transferência de tecnologia das universidades e dos laboratórios públicos” (COUTINHO e FERRAZ, 1994, citados por ALMEIDA, 2004).

Porém, a criação da pesquisa acadêmica e o treinamento dos pesquisadores permitem a construção de um espaço científico, não somente para o resultado pretendido de melhorar o capital humano, mas também como uma etapa de desenvolvimento de um modelo de inovação.

Na década de 1980, a estrutura de transferência de tecnologia, no país, começa a mudar.

O CNPq, até então, preocupa-se em apoiar a ciência acadêmica, começa, na década de 80, a estabelecer programas com um foco maior na tecnologia, objetivando a sua transferência, ao formar a Superintendência de Inovação Tecnológica. Entre as atribuições dessa Superintendência destaca-se a proteção da tecnologia nacional proveniente das instituições de pesquisa e universidades, e sua transferência para o setor produtivo, além da identificação da demanda tecnológica. (ALMEIDA, 2004:103)

Através dessa Superintendência, são criados, em 1982, doze Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT's). Esses núcleos reforçam a atuação dos Escritórios de Transferência de Tecnologia, sendo que esses escritórios já existiam, em algumas universidades, desde a década de 1970.²⁰

Em 1984, dentro do Programa de Inovação Tecnológica, é criado o Programa de Implantação de Parques de Tecnologia; doze projetos são implementados através desse programa. A motivação para a criação dos parques vem, em parte, de projetos semelhantes, criados nos Estados Unidos e Europa (ALMEIDA, 2004; FURTADO, 1998; LEMOS, 1998).

Em algumas partes do Brasil, desde o início da década de 1980, começam a surgir, de forma espontânea, empresas formadas por equipes de pesquisadores, devido ao domínio de certas áreas de novas tecnologias, como consequência, principalmente, da participação em áreas de P&D em universidades e instituições de pesquisa (ALMEIDA, 2004; SANTOS, 1998).

Almeida lembra que é a partir dos debates sobre transferência de tecnologia da universidade para a indústria que a questão da comercialização da tecnologia motiva outras discussões, como, por exemplo, o fato de “ser ou não adequado à atividade acadêmica, a criação de empresas com o conhecimento adquirido nas universidades”.

²⁰ O Coopetec, da COPPE/UF RJ, é o primeiro desse modelo (Escritório de Transferência de Tecnologia), tendo sido criado em 1971 (ALMEIDA, 2004).

Para setores acadêmicos envolvidos com as transformações da missão das universidades, a idéia de formar Incubadoras de Empresas Tecnológicas principia a ganhar força, como sendo uma iniciativa importante por si só, com vida própria, libertando-se de ser apenas uma das metas de projetos de parques tecnológicos. As incubadoras de empresas, mais ainda, são vistas como iniciativas mais viáveis de ser implementadas exigindo menos recursos do que os necessários para a implantação de parques tecnológicos e demandando uma gestão menos complexa.²¹ Dessa forma, as *Incubadoras Tecnológicas* começam a ser fundadas, como um novo mecanismo de atrair pesquisadores e estudantes de graduação, para a formação de empresas e, ao fazer isso, transferir o conhecimento da universidade para a sociedade. (ALMEIDA, 2004:106)

O fenômeno de surgimento das incubadoras tem raízes históricas e sociais bastante particulares. Como nos lembra Compans (2005), estamos diante de um novo paradigma tecnológico, marca indelével desses novos empreendimentos. O quadro, a seguir, ilustra esse processo.

Quadro 3 – Empresas incubadas / Ramo de atividades

Ramo de Atividade	Número de Empresas
Informática	9
Biotecnologia	4
Mecânica fina/Controle de Processo/Automação	9
Consultoria empresarial	2
Eletrônica	1
Outros	2
Total	26

Fonte: FURTADO (1998:122).²²

Segundo dados de 2004, pesquisa da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC), a concentração das incubadoras no setor de base tecnológica reflete uma tendência nacional. A área de atuação *software*/informática está presente, hoje, em 74% das incubadoras brasileiras, seguida pela área de eletroeletrônica/telecomunicações e automação, presente em 49% desses estabelecimentos gestores. O ramo de mecânica e automação ficou em terceiro

²¹ Entrevista com Mauricio Guedes, Coordenador da Incubadora de Empresas da COPPE e Diretor Executivo do Parque Tecnológico do Rio de Janeiro – UFRJ, em 16/04/2001.

²² O quadro demonstra o ramo de atividades de 26 empresas incubadas (entrevistadas). Devemos esclarecer que essas são empresas provenientes de incubadoras de base tecnológica, o objetivo da citação da tabela acima é a definição dos ramos de atividades mais explorados. O que deve convergir para as atividades de pesquisa de ponta nas universidades e centros de pesquisa.

lugar, com presença marcada em 30% das incubadoras setoriais, enquanto a área agroindustrial está presente em 38% das incubadoras envolvidas na pesquisa. Os setores de biotecnologia e química abarcaram, respectivamente, 30% e 23% das incubadoras, enquanto as demais áreas resultam, juntas, em 38% da área de atuação das gestoras.²³

1.3- Universidades como lócus de incubação

Por serem as universidades públicas locais de pesquisa científica e tecnológica, foi natural que estivessem ligadas ao surgimento das primeiras incubadoras, no Brasil. A idéia central das primeiras incubadoras é de que seriam Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica, caracterizadas pela grande concentração de tecnologia em seus projetos.

No ano de 1986 foram criadas as Incubadoras do Centro de Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília (CDT/UnB) e da Fundação de Biotecnologia (BIO-RIO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e no ano seguinte a Incubadora Empresarial Tecnológica da Fundação Centro de Referência em Tecnologia de Informação (CERTI), em Santa Catarina, posteriormente denominada Centro Empresarial para Laboração de Tecnologias Avançadas (CELTA). A sexta Incubadora brasileira foi criada pelo Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR) em 1990 com o nome de Incubadora Tecnológica de Curitiba (INTEC). (LEMOS, 1998:17)

Por ser um modelo – extremamente bem sucedido – de auxílio para empresas nascentes, as incubadoras atraíram a atenção de pessoas e instituições interessadas em desenvolver projetos adequados a outros tipos de segmentos econômicos e diferentes parcelas dos extratos sociais. Além das incubadoras de empresas de base tecnológica – com uso intensivo de tecnologia –, foram criadas incubadoras mistas – que recebem projetos tanto de base tecnológica quanto dos setores tradicionais da economia, e as incubadoras que recebem empresas dos setores tradicionais da economia.

Os parceiros que se juntaram para a formação das incubadoras brasileiras são os governos, nos seus três níveis, com as respectivas instituições que sediam os projetos – as prefeituras normalmente estão envolvidas de alguma forma; os governos estaduais,

²³ Fonte: Luiz Afonso Bermudéz: Conhecimento de prática: o caminho para empreender. DCI-SP. seção: serviços. Internet: <[http:// www.aprotec.org.br](http://www.aprotec.org.br)>. Acesso em 21/06/2004.

através de diferentes secretárias; o CNPq, a FINEP, o SEBRAE; e as universidades, envolvidas na criação e/ou apoio, além de entidades patronais empresariais (FURTADO, 1998; ALMEIDA, 2004).

O caso brasileiro de surgimento e expansão das incubadoras tem como contexto histórico a grande expansão de tecnologias nas décadas de 1980/90. Esse fato deixa claro duas questões: a primeira é o atraso tecnológico, marcante, vivido pelo Brasil, em relação aos países desenvolvidos; e a segunda é a possibilidade de desenvolver a tecnologia gerada nas universidades para empresas, seja como transferência direta de tecnologia, integrando empresa e universidade, seja criando, dentro da própria universidade, um ambiente propício para o surgimento de empresas.

Almeida (2004) ressalta que o contexto interno das universidades, por ocasião da criação das primeiras incubadoras, evidencia que não existe um consenso acerca dessa iniciativa, mostrando, igualmente, a inexistência de orientações ou determinações por parte do Ministério da Educação, embora as primeiras incubadoras tenham sido criadas por grupos de professores, com o apoio de órgãos intermediários da universidade.

Esse foi o caso do extinto Centro de Inovação Multidisciplinar (CiM/ICex) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFGM). Também nesse contexto, Almeida cita a Incubadora da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ).

Para Maculan (1996), citada por Almeida (2004), a incubadora não está inserida na missão tradicional da universidade, e, para ser implementada, há necessidade de integração de diversos atores institucionais.

No caso da ITCP/COPPE/UFRJ, já podemos perceber uma mudança de perspectiva. A ITCP nasce em meados da década de 1990, do programa de extensão universitária denominado ITCP/COPPE.²⁴ Isso mostra uma abertura maior dos programas universitários de extensão para receber projetos com essas características.

Uma séria discussão se apresenta nessa relação de parceria, que inclui em um dos seus lados a universidade. A idéia que a cooperação universidade/empresa é a *salvação da lavoura*, quer para o orçamento minguado das universidades públicas, como para as necessidades crescentes de inovação tecnológica das empresas, não deixa

²⁴ Incubadora Universitária Tecnológica de Cooperativas Populares: uma proposta de política pública de crédito produtivo. Internet: <<http://www.itcp.coppe.ufrj.br>>. Acesso em 19/06/2004.

de ser apenas uma manifestação de ingenuidade. A universidade brasileira é, hoje, objeto de dupla controvérsia: é, por um lado, responsabilizada pela perda de competitividade da indústria nacional; de outro, sobre ela, se coloca grande expectativa em termos da participação efetiva no processo de desenvolvimento tecnológico do país (PLONSKI, 1998; PEREIRA, 1998).

Propostas como a o Programa Nacional Apoio a Incubadoras (PNI), do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), têm como objetivo congrega, articular, aprimorar e divulgar a maioria dos esforços institucionais e financeiros de suporte a esse tipo de empreendimento. O PNI destaca a incubadora como agente nuclear do processo de geração e consolidação de micro e pequenas empresas. Mais recentemente, pudemos observar o empenho do Governo Federal, através do MCT, no desenvolvimento das incubadoras:

Dentre os mecanismos e arranjos institucionais/empresariais que viabilizam a transformação do conhecimento em produtos, processos e serviços destaca-se a incubação de empresas, na qual é importante a participação ativa da comunidade que realiza pesquisas e atividades tecnológicas, nas universidades e em outras instituições de cunho tecnológico. Em um contexto onde o conhecimento, a eficiência e a rapidez no processo de inovação passam a ser reconhecidamente os elementos decisivos para a competitividade das economias, o processo de incubação é crucial para que a inovação se concretize em tempo hábil para suprir as demandas do mercado.

Em vista disso, é factível afirmar que a incubadora de empresas pode cumprir com eficácia e eficiência o papel nucleador do processo de criação de empresas.²⁵

As incubadoras, como instrumentos de criação de empresas, têm tido sucesso em todas as partes do mundo. No Brasil, o formato de incubação é o mesmo do modelo americano, no que se refere aos tipos de serviço que oferece aos empreendedores que buscam seu apoio:

as incubadoras são núcleos que abrigam empresas recém-criadas durante um período que varia de 2 a 4 anos. Trata-se de um espaço comum, subdividido em módulos, que costuma localizar-se dentro ou muito próximo a universidades ou institutos de pesquisa para que as empresas beneficiem-se dos laboratórios e recursos humanos dessas

²⁵ Internet: <<http://www.mct.gov.br/prog/empresa/pni>>. Acesso em 20/10/2004.

instituições. As empresas compartilham infra-estrutura administrativa (telefone, fax, internet, entre outros) a baixo custo, recebem treinamentos e consultorias gerenciais e têm acesso facilitado a entidades de fomento. (LEMOS, 1998:16).

A National Business Incubation Association (NBIA), uma instituição americana que congrega incubadoras nos Estados Unidos, define incubadora como sendo instalações que provêm

a pequenos negócios e empreendedores recursos de espaço, serviços de apoio compartilhados e serviços de desenvolvimento de negócios, como financiamento, marketing e administração. (FURTADO, 1998:26)

A incubadora de empresas tem sua história ligada à busca do desenvolvimento tecnológico, bem como à transferência de tecnologia. Podemos entendê-las, também, como um mecanismo que gera ótimas oportunidades, para o Governo, de ver alcançado um certo grau de desenvolvimento nas empresas nacionais, com posteriores ganhos de produtividade e conquista de mercados externos e, ainda, substituição de importações, entre outras:

O MCT criou ainda no início dos anos 90, o Programa de Apoio à Exportação de Software (SOFTEX 2000), operacionalizado através do CNPq, cujo objetivo inicial era permitir que as empresas brasileiras de software alcançassem 1% do mercado mundial até o ano 2000. Através da implantação de 20 núcleos em várias cidades brasileiras, o SOFTEX oferece recursos tecnológicos, financeiros e gerenciais a cerca de 800 empresas com expectativas de exportação. Outra linha de atuação consiste na implantação de centros geradores de novas empresas, denominados Geração de Novos Empreendimentos em Software, Informação e Serviços (GENESIS), junto a universidades e escolas técnicas que tenham cursos de computação. Nesses centros são oferecidos vários tipos de apoio para alunos que pretendam criar suas próprias empresas. Em 1997 foi criada a Sociedade SOFTEX, entidade privada que será responsável pela gestão do Programa. (LEMOS, 1998:16)

No Brasil, esse processo teve início em 1982, quando o CNPq criou um programa de inovação tecnológica, com o objetivo de aproximar universidades e

empresas e descentralizar o desenvolvimento tecnológico. Esse programa foi operacionalizado através da implantação de treze Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT's) em universidades e centros de pesquisa federais, em todo o Brasil. Os NIT's tinham por objetivo estimular a transferência de tecnologias desenvolvidas por pesquisadores para as empresas, porém, segundo Maculan, citado por Lemos (1998), resultados limitados ocasionaram sua desativação.

Como podemos observar, até então não se tinha a pretensão de usar esse modelo de instituição – incubadoras de empresas – para a geração de empregos em massa ou para atender a demandas por reinserção de trabalhadores ou mesmo para abrir oportunidades de empregos para pessoas sem experiência empresarial. Devemos ter em vista, nesse sentido, que o uso maciço de tecnologia nas empresas incubadas pode gerar empregos como ganho secundário, assim como pode, também, ocorrer o inverso, em que o emprego de tecnologia avançada venha a eliminar postos de trabalho em uma determinada área.

As Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica (IEBT) se inserem nesse contexto de crescimento econômico com uma pequena quantidade de empregos gerados de forma direta.

Os empregos gerados nas empresas incubadas geralmente são de alta qualificação; esse fato também não descarta a possibilidade de geração de empregos indiretos, como no caso de substituição de importações ou exportação de produtos de alta tecnologia.

Um argumento que pesa, de forma considerável, em favor das incubadoras é o seu potencial de inovação, sendo que todas as empresas geradas em incubadoras são pequenas empresas.

As considerações feitas em favor das inovações tecnológicas são colocadas de uma forma bastante contundente por Baêta, como salienta Lemos (1998), sendo que as incubadoras são, hoje, um instrumento dessa inovação:

É necessário que seja feita a gestão da inovação, considerada por Baêta uma atividade multidisciplinar, que utiliza conhecimentos da engenharia, das ciências e da administração, para planejar, desenvolver e implantar capacidades tecnológicas capazes de moldar e realizar objetivos estratégicos e operacionais de uma organização. Esta complexidade demanda o apoio de novos parceiros,

principalmente universidades e centros de pesquisa, sempre que o desenvolvimento do empreendimento exige e este é um aspecto complicador da função gerencial das pequenas empresas. Isso porque implica na criação de estratégias capazes de catalisar esforços de setores acadêmicos, governamentais e empresariais com certa agilidade, e o aprendizado obtido a partir dessas relações pode tornar a empresa mais capaz de desenvolver seus produtos e serviços. (LEMOS, 1998:38).

Podemos observar, no gráfico a seguir, que é significativo o crescimento das incubadoras de empresas no Brasil. Se considerarmos que o surgimento de incubadoras de base tecnológica está estreitamente ligada à pesquisa em Universidades de Centros de Pesquisa, e que os empreendedores ligados a empresas enfrentam problemas como crédito, juros altíssimos, falta de capital de risco para investimento, infra-estrutura, uma política industrial consistente, pouca habilidade dessas pessoas em lidar com o mercado e a administração de uma empresa, e uma infinidade de outros problemas, pode-se acreditar que estes são números bastante significativos.

Gráfico 1 – Evolução do Número de Incubadoras no Brasil (1985-1997)

Fonte: ANPROTEC (citado por LEMOS) p.18

Em 2004, o número de incubadoras no Brasil é o seguinte:

Quadro 4 – Distribuição geográfica das incubadoras no Brasil em 2004

Região	Tecnológica	Tradicional	Mista	Cooperativa	Cultural	Agroindustrial	Privada	Total
Norte	5	1	2	3	–	–	–	11
Nordeste	13	1	5	5	2	2	–	28
Centro-Oeste	5	1	2	–	–	–	–	8
Sudeste	37	16	15	13	1	–	5	87
Sul	47	32	16	8	–	–	–	103
Total	107	51	40	29	3	2	5	237

Fonte: Almeida (2004)²⁶

Maculan (1996) categorizou as principais funções das Incubadoras de Base Tecnológica da seguinte forma:

- oferecer infra-estrutura material e administrativa a baixo custo;

²⁶ Segundo a autora, esses dados foram obtidos a partir de três fontes: ANPROTEC, Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas (Boletim@redação, n. 13, 2004) e por pesquisa realizada pela autora.

- possibilitar um vínculo formal da empresa com a universidade ou centro de pesquisa;
- oferecer formação gerencial aos empresários;
- intermediar a relação das empresas com as agências de apoio à inovação.

Também mostra (Anexo IV) que essa busca pelo espaço e apoio da incubadora passa também pelo que ela pode oferecer em termos de infra-estrutura e possibilidades. O item infra-estrutura material e administrativa responde a 34% da demanda de interesse pela incubadora. Vínculo formal com a universidade e formação gerencial respondem por 27% e 19%, respectivamente. Esses três itens correspondem a 80% da demanda pelo serviço.

Capítulo 2 – A Psicossociologia e a Economia Solidária: colocando um “campo” em análise (referencial teórico-metodológico)

Tomaremos como referência teórica a Psicossociologia de origem e tradição francesas, tendo como um dos seus expoentes Eugène Enriquez. Utilizaremos a sua obra maior, o livro *A organização em análise* (1997), sendo que este se divide teoricamente em sistemas (cultural, simbólico, imaginário) e instâncias (individual, grupal, mítica, sócio-histórica, pulsional, institucional).

Também serão utilizadas como referência teórica as três dimensões descritas por Carvalho e Pires (2004), que são: a dimensão jurídico-econômica, dimensão político-administrativa e a dimensão sócio-psicológica. A dimensão jurídico-econômica engloba todo o campo das formas de ordenação legais; a dimensão político-administrativa engloba diversas formas de exercício do poder e do controle; e a dimensão sócio-psicológica abarca todo o grupo de relações intersubjetivas que se estabelecem entre trabalhadores.

As dimensões citadas acima serão usadas no processo de síntese deste trabalho.

A escolha dos três sistemas de Enriquez (cultural, simbólico e imaginário) se deu pela possibilidade de se processar, através deles, uma análise ampla do nosso campo de pesquisa. Essa amplitude de análise oferecida pelos sistemas não implica qualquer perda em profundidade, e eles também são úteis como elemento introdutório das instâncias.

Enriquez define cada sistema do seguinte modo: no sistema cultural, “a organização oferece uma cultura, quer dizer, uma estrutura de valores de normas, uma maneira de pensar, um modo de apreensão do mundo que orientam a conduta de seus diversos autores [...] ela desenvolve um processo de formação e de socialização dos diferentes atores afim de que cada qual possa se definir em relação ao ideal proposto” (1997:33-4).

Em seguida, trata do segundo sistema, o simbólico: “a organização não pode viver sem segregar um ou mais mitos unificadores, sem instituir ritos de iniciação, de passagem e de execução, sem formar os seus heróis tutelares” (ENRIQUEZ, 1997:34).

O terceiro sistema é o imaginário, sendo dividido em duas partes: imaginário enganador e imaginário motor. O imaginário é enganador, “na medida em que a organização tenta prender os indivíduos nas armadilhas de seus próprios desejos de

afirmação narcisista, no seu fantasma de onipotência”; e motor, na medida em que “a organização permite às pessoas se deixarem levar pela sua imaginação criativa em seu trabalho sem se sentirem reprimidas pelas regras imperativas” (ENRIQUEZ, 1997:35-7).

Junto aos três sistemas, também usaremos algumas das sete instâncias também descritas e desenvolvidas na mesma obra. São elas: a instância mítica, a instância sócio-histórica e a instância institucional.

Das sete instâncias, essas serão usadas como referencial teórico do nosso trabalho. A justificativa para não usarmos todas as instâncias vem da complexidade que seria lidar com tantas variáveis em ambientes tão instáveis como são as incubadoras, principalmente considerando-se o pouco tempo de que dispomos para a construção deste trabalho.

A escolha dessas três instâncias, em especial, se deu também porque se configuram para este trabalho como mais importantes.

A instância mítica, por exemplo, estabeleceu uma linha de desenvolvimento com a instância sócio-histórica. Esse processo de estabelecimento do mito se dá na fundação, no ato inaugural de constituição do grupo, e segue com esse grupo, que sempre volta a esse ato de criação; somente depois é que ocorre o processo de rompimento, quer dizer, a entrada do grupo em um processo social e histórico.

No caso do grupo privilegiado em nossa pesquisa, o Couro Sim, esse rompimento se deu via introdução dos técnicos da incubadora no processo de estruturação do grupo. Ocorreram, nesse grupo, idas e vindas no processo de legalização do empreendimento, ficando claro, para nós, sua dificuldade em entrar no mundo adulto, que concede mais liberdade, mas, em contrapartida, acarreta muitas responsabilidades.

A outra instância é a institucional. O processo de institucionalização se completa com o processo sócio-histórico. A participação no processo social e histórico é tanto mais efetiva quanto menos marginal for o grupo. A institucionalização produz efeitos como a visibilidade frente a órgãos públicos, a inserção no mercado de crédito e de prestação de serviços, a possibilidade de exercício do poder político, como instituição legal, a possibilidade de associação com outras entidades, a venda de produtos e/ou serviços a órgãos públicos; esta última, uma reivindicação das

cooperativas. Atualmente essa política de contratação de serviços já está sendo colocada em prática pela Subsecretaria de Assistência Social do Estado de Minas Gerais.

Essas foram as motivações que nos levaram a selecionar as três instâncias dentre as sete estabelecidas por Enriquez (1997).

Carece, agora, de uma definição mais precisa do que sejam essas instâncias e a sua significação em nosso trabalho.

A instância mítica diz respeito à necessidade que “toda sociedade exige para se instaurar e se perpetuar, se referir a uma ordem legitimadora de suas existência [...]. Não há sociedade sem discurso inaugural e sem a transmissão infinita desse discurso” (ENRIQUEZ, 1997:41). Podemos perceber, aqui, o papel do mito para os grupos, apresentando-se como suporte conceitual indispensável à criação dos mesmos.

A instância sócio-histórica avança no sentido de fornecer elementos complementares aos já descritos na instância mítica. Num primeiro momento, o mito basta como fator de união do grupo; a partir da introdução de elementos históricos e sociais, de uma “complexificação” das relações sociais, passa-se a demandar uma justificação mais complexa da realidade. No início, se podia contar com o poder unificador do mito; agora, esse apego é feito à ideologia. Cada sociedade cria uma ideologia unificadora de todas as respostas demandadas, mas esse apego à ideologia abre o precedente de não termos mais o mito fundamente; em compensação, temos o indivíduo como produtor da história, senhor do seu destino.

Nesse ponto, podemos perceber um distanciamento em relação ao marxismo, que elege o homem e suas relações econômicas e materiais como guias da história: não se trata de classes definidas pelo lugar que as pessoas ocupam no processo de produção, conseqüentemente, pela posse ou pela ausência de capital. As classes são definidas, nessa visão, essencialmente a partir das ações que elas realizam, buscando ter em mãos a direção e a gestão de seu próprio destino.

A instância institucional permite entendermos todo o esforço que é empreendido por esses grupos para que, ao fim do processo, a institucionalização se configure, se confirme: Uma sociedade não pode ser fundada e nem se manter caso não elabore suas instituições; “pode-se dizer que uma instituição visa a estabelecer um modo de regulamentação e tem por objetivo manter um estado, fazê-lo durar e assegurar sua transmissão” (ENRIQUEZ, 1997:71).

De maneira mais ou menos clara, os grupos têm essa percepção do “valor” da institucionalização, pois ela ajuda no processo de consolidação que já vinha se desenvolvendo.

Como foi mencionado, também usaremos como instrumento de análise do empreendimento incubado três dimensões ou perspectivas, que constituem três os níveis de organização do EES, segundo Carvalho e Pires (2004), ou sejam: a dimensão jurídico-econômica, a dimensão político-administrativa e a dimensão sócio-psicológica.

A dimensão jurídico-econômica “engloba todo o campo das formas de ordenação legais e econômicas às quais o EES está submetido, sejam elas internas ou externas”, sendo que “a análise dos aspectos jurídicos e econômicos se dá mutuamente em função da correlação entre estrutura normativa da primeira e da função dinâmica da segunda, havendo uma interdependência de ambas” (CARVALHO e PIRES, 2004:209). A existência jurídica eleva o EES a um *status* de agente econômico e, a partir daí, sua participação na vida econômica adquire legitimidade.²⁷

A segunda dimensão a ser apresentada é a político-administrativa. Fazem parte dessa dimensão “as diversas estruturas de gestão do EES, as formas de dominação e resistência, as formas de acesso às instâncias decisórias, os mecanismos de informação e formação da força de trabalho, no sentido da compreensão dos processos administrativos e da dinâmica do mercado” (CARVALHO e PIRES, 2004:209).

E, por fim, a dimensão sócio-psicológica, que “engloba todo o grupo de relações e interações intersubjetivas que se estabelecem entre os trabalhadores e entre estes e o EES, seu modo de gestão e execução do trabalho” (CARVALHO e PIRES, 2004:210).

Esse conjunto deverá servir como referencial teórico do trabalho. Na realidade, essas categorias de análise são interdependentes e se complementam, possibilitando uma maior apreensão e entendimento dos elementos observados.

O campo institucional e a dimensão jurídico-econômica, na verdade, dizem respeito a perspectivas muito próximas, mas, ao invés de apresentarem conteúdos repetitivos, seus conteúdos se somam.

²⁷ Essa dimensão refere-se a uma antiga queixa de alguns empresários que não conseguiam ascender a esse *status* de legalidade, e se consideravam, por isso, empresas de “fundo de quintal”. Esse fato justifica o título de uma das obras citadas na bibliografia: *Fugindo do quintal: empreendedores e incubadoras de base tecnológica no Brasil* (FURTADO, 1998).

2.1- Breve apresentação acerca da Economia Solidária

Nosso objetivo, neste item, é procurar entender como os movimentos econômicos e sociais, em suas diversas manifestações, fizeram surgir a Economia Solidária.

Lechat²⁸ ressalta a origem européia do movimento, observando:

Na Europa, os primeiros idealizadores do que Paul Singer (2001) chamou de cooperativismo revolucionário foram os socialistas utópicos, assim nomeados por Karl Marx para diferenciá-los dos socialistas científicos. Segundo Martin Buber, esses lutavam “pelo máximo de autonomia comunitária possível, dentro de uma reestruturação da sociedade” (Buber, 1945:27). Buber apresenta três pares de pensadores divididos em gerações históricas, o primeiro Saint-Simon e Fourier que nasceram antes da revolução francesa e faleceram antes de 1848, o segundo Owen e Proudhon que morreram entre 1848 e 1870 e finalmente Kropotkin e Landauer nascidos após 1870 e falecidos pouco depois da primeira guerra mundial. Para Buber, na primeira fase, cada pensador contribuiu com um único pensamento construtivo, Proudhon e seus sucessores realizaram a ampla síntese. (LECHAT, 2002:02)

Dentro e fora da Europa, algumas experiências surgiram e, na Inglaterra e nos Estados Unidos, várias comunidades ou aldeias cooperativas foram criadas durante o século XIX (LECHAT, 2002).

As raízes mais profundas desse processo emergente podem ser buscadas nas iniciativas de Robert Owen, talvez o mais importante iniciador do que hoje constitui o movimento socialista, em princípio, envolvido na atividade industrial, na Inglaterra, onde introduziu processos de organização de trabalho que humanizavam o dia-a-dia dos trabalhadores de suas empresas. Owen se voltou ao movimento sindical e à formação de cooperativas, sendo peça-chave nos grandes movimentos sindicais ingleses, na década de 1830.

Movimentos significativos, como a criação, em 1844, da Cooperativa dos Pioneiros Eqüitativos de Rochdale, em que se destaca, além de seu incrível êxito econômico, seus princípios de fundação; entre estes, podemos destacar o direito

²⁸ As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. Palestra proferida na UNICAMP, por ocasião do II Seminário de Incubadoras de Cooperativas Populares, dia 20/03/2002 (<<http://www.unicamp.gov.br>>).

equitativo de participação e a retirada trimestral das sobras. Também é destaque sua neutralidade política e religiosa e sua priorização à educação cooperativa. A cooperativa de Rochdale inaugura, assim, uma nova época.

É dentro desse referencial histórico que a Economia Solidária irá se nortear, não apenas nos princípios de Rochdale, mas não se pode negar que sua experiência marcante viria a se manifestar em toda a história posterior do cooperativismo.

Segundo Lechat, pelo menos três crises marcam três momentos históricos diferentes, com tipos diferentes de reação, às quais ela atribui diferentes atores no contexto social e econômico: a crise das décadas de 30 e 40, do século XIX; a crise dos anos de 1873-1895; e a Grande Depressão de 1929, esta última levando a uma prática das políticas keynesianas.

A crise na economia mundial no pós-guerra, principalmente na Europa, a reestruturação dos mecanismos internacionais de crédito, a escala global em que passaram a atuar as empresas na nova economia, levou à crise várias instituições e economias locais.

Impossibilitadas de concorrer com indústrias mais eficientes, as empresas que constituíam uma rede local de geração de emprego, renda e consumo, foram reduzida drasticamente.

Após a Segunda Guerra mundial, a economia não monetária (doméstica e de reciprocidade) tinha ficado marginalizada pela expansão do mercado e pela estatização das iniciativas associativas mais dinâmicas. Segundo Laville e Roustang, houve uma separação entre o social, o econômico e o político. A reação contra os efeitos nefastos do capitalismo só pôde acontecer dentro de subconjuntos distintos, uns pertencentes à economia de mercado e outros à economia de não mercado. (LECHAT, 2002:03)

Essa separação entre os elementos econômicos, sociais e políticos gera um desequilíbrio, e essa situação se agrava de forma considerável quando toda a vida passa a ser gerida a partir de padrões econômicos.

Com a crise do sistema keynesiano, no final da década de 70, do século XX, e com a transferência de responsabilidades para a iniciativa privada, por parte do Estado (COMPANS, 2005; SINGER, 1998), observa-se uma substancial proliferação de

políticas neoliberais em escala mundial. Essas políticas, não só as macroeconômicas, mas também as políticas locais, geram uma crise assustadora sobre o emprego.

Stryjan observa que empreendimentos cooperativos variam numa proporção mais ou menos parecida com as empresas no sistema capitalista. Esse fato é marcante porque indica que a busca por um sistema não capitalista de organização do trabalho e da produção não passa necessariamente por uma crise.

Floresceu, então, a partir de 1977 até 1984, uma série de iniciativas para salvar ou criar empregos, através de empresas autogeridas pelos próprios trabalhadores, e isto com o apoio de alguns sindicatos progressistas. A partir dessa nova onda de economia social, surgiu nos anos de 1980, uma nova literatura a esse respeito, na Europa, na América do Norte – com vários economistas e pensadores da Escola de Cornell, nos Estados Unidos, destacando-se Yaroslav Vaneck, que havia desenvolvido uma teoria econômica da autogestão –, e também na América Latina, em particular, no Chile (LECHAT, 2002).

Mas, quando o movimento começa a declinar, ocorre uma perda significativa de interesse por parte desses economistas e da Escola de Cornell. Segundo Defourny, citado por Lechat,

uma série de pesquisadores pensou em alargar seu campo de estudo ao associacionismo. Pois havia muita coisa em comum entre as cooperativas de trabalho autogestionadas e as associações. Então estes economistas descobrem que as associações não pertencem unicamente à esfera sócio-cultural, mas fazem também parte da economia de não mercado. E para unir essas duas realidades, o termo economia social era muito apropriado. (LECHAT, 2002:04)

2.2- Em busca de um conceito – o caso das ITCP's e as outras incubadoras na Economia Solidária

Segundo André Guélin (1988), o rótulo de *économie sociale* é de difícil definição. Segundo ele, “ela é composta de organismos produtores de bens e serviços, colocados em condições jurídicas diversas no seio das quais, porém, a participação dos homens resulta de sua livre vontade, onde o poder não tem por origem a detenção do capital e onde a detenção do capital não fundamenta a aplicação dos lucros” (LECHAT, 2002:04).

Em 1994, Laville caracterizava a economia solidária como um conjunto de atividades econômicas cuja lógica é distinta tanto da lógica do mercado capitalista quanto da lógica do Estado. Ao contrário da economia capitalista, centrada sobre o capital a ser acumulado e que funciona a partir de relações competitivas cujo objetivo é o alcance de interesses individuais, a economia solidária organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações nas quais o laço social é valorizado através da reciprocidade e adotam-se formas comunitárias de propriedade (LECHAT, 2002).

A Economia Solidária pode ser entendida como a introdução de outro conjunto de valores em substituição à lógica capitalista. Diferenças marcantes, como a remuneração diante do trabalho investido ao invés do capital, quebram padrões seculares de comportamento. Diante dessa perspectiva, já se exclui o papel do capitalista no processo de divisão social do trabalho. E essa não é a única *subversão* de práticas e valores do sistema capitalista. A adoção de mecanismos democráticos de gestão e participação nessas empresas são também um fator de diferenciação muito marcante.

É importante se pensar no percurso que, no Brasil, levou à formação de um *corpo* a que se pode chamar de Economia Solidária:

No Brasil, para a economia solidária tornar-se uma problemática, ela teve que aparecer como um setor próprio e digno de interesse específico. Essa decisão é, a nosso ver, de ordem teórico-político-ideológica. O que hoje é denominado de economia solidária ficou por décadas imerso, e ainda o é em muitos casos, no que a literatura científica chama de autogestão, cooperativismo, economia informal ou economia popular. (LECHAT, 2002:08)

Lechat (2002) fala que procurou identificar, na literatura brasileira, os primeiros aparecimentos de conceitos ligados à economia solidária.

O conceito economia de solidariedade aparece pela primeira vez, no Brasil, em 1993, no livro *Economia de solidariedade e organização popular*, organizado por Gadotti. Na referida obra, esse conceito se apresenta como:

Uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas [...], que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas. (RAZETO in GADOTTI, 1993:40, citado por LECHAT, 2002:09)

Alguns encontros vão constituir um marco para a construção de um pensamento e/ou movimento social em prol da economia solidária, no Brasil. Um deles aconteceu por ocasião de uma mesa-redonda sobre o tema “Formas de combate e de resistência à pobreza”, realizada em setembro de 1995, durante o 7º Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia; outro que merece destaque ocorreu no III Encontro Nacional da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), que teve lugar em São Paulo, nos dias 30 e 31 de maio de 1996 (LECHAT, 2002).

No processo de busca de inserção no mundo do trabalho, temos a situação dos trabalhadores do mercado informal. Uma situação que parecia se apresentar como temporária, provisória, um trampolim para a estabilidade no emprego formal, tem se tornado crônica. O tempo de espera por um emprego se estende cada vez mais, e, sem que possam esperar, os trabalhadores têm migrado e permanecido na informalidade, sem perspectivas. Esses trabalhadores não têm nenhum benefício social, sequer a garantia da aposentadoria.

As incubadoras têm uma preocupação com garantias legais e amparo social, que deve ser estendido a todos os trabalhadores dos empreendimentos. Existe uma luta constante contra os modelos de cooperativas ao estilo *coopergatos*.

Para tornar mais eficiente esse processo de (re)inserção, no mundo formal do trabalho, dessas populações em estado de marginalização, um projeto iniciado na COPPE/UFRJ procura fornecer todo o apoio necessário: plano de negócio, processo de

autogestão, comercialização de produtos, organização da produção, e outros serviços, de acordo com o tipo de situação e ramo de negócios em que atua o empreendimento. Tendo sido a primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) a surgir no Brasil, a incubadora da COPPE/UFRJ aparece com essa finalidade de apoio:

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares é um projeto que surge em meados da década de 90 para organizar e qualificar desempregados históricos – trabalhadores que têm o seu projeto de sobrevivência no mundo informal da economia.

Da mesma forma que existe a incubadora tecnológica de empresas, não só na COPPE, mas em todo Brasil, que presta serviço ao grande capital, porque não desenvolver uma nova tecnologia do trabalho a partir de uma incubadora? Assim como as grandes empresas recebem *know-how* universitário [...], também os trabalhadores poderiam se utilizar do saber acadêmico para construir projetos e alternativas.²⁹

O que se pode perceber é a abertura da universidade para essa nova realidade que se apresenta no mundo do trabalho. Uma realidade de exclusão que não é tão nova, mas que, ao início dos anos de 1990, ganha o *status* de catástrofe. É nessa relação que se dá a interação entre as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's) e a Economia Solidária: “As incubadoras se ocupavam em organizar e qualificar os herdeiros do sistema escravista brasileiro, os que moram em favelas, mocambos e cortiços, os que há mais de 100 anos reproduzem-se como força de trabalho inferior” (GUIMARÃES, 1999:11).

Esse objetivo inicial das incubadoras de organizar, formar e (re)qualificar trabalhadores para possibilitar a sua entrada no mercado formal de trabalho – seja através de empresas autogeridas ou cooperativas – foi reconhecido pelos trabalhadores.

Essa frente de atuação também tem que lidar com um número significativo de segmentos sociais e institucionais:

Estruturadas a partir de diversos segmentos – políticas governamentais, organismos internacionais, igreja, organizações não-governamentais (ONG's), universidades, etc. – essas cooperativas refletem diferentes intencionalidades quanto ao projeto político, econômico e educacional, ou seja, reproduzem um determinado “modelo de cooperativismo” de acordo com o segmento que as apóia. É nesse cenário que as incubadoras tecnológicas de cooperativas

²⁹ Entrevista com Gonçalo Guimarães, coordenador da ITPC/COPPE, em 20/05/2005.

populares – ITCP's vêm ganhando nos últimos sete anos um espaço no debate para alternativas de trabalho e renda. (BARROS, 2004:191)

Esse novo modelo de incubadora se propõe a atuar na formação de trabalhadores, com vistas à sua inserção no mercado de trabalho, pela via de empresas com práticas de autogestão e cooperativismo, significando que as novas formas de organização de trabalho que (re)surgem começam a encontrar pontos de sustentação.

O saber disponível nas universidades poderá, agora, ser disseminado a empresas e cooperativas que, até então, se viam alijadas desse processo. Se, no início, as incubadoras de cooperativas populares se dedicavam ao trabalho com os excluídos históricos, foi, mais recentemente, impelida a uma nova vertente de ação: discutir uma nova forma de organização dos trabalhadores expulsos do mercado formal de trabalho (GUIMARÃES, 1999).

Não se pode dizer que as ITCP's formem uma combinação perfeita com a economia solidária, o que podemos concluir, até aqui, é que as ITCP's são um instrumento importantíssimo de apoio aos empreendimentos da nova economia.

Essa é uma parceria de construção mútua, porque o ambiente das ITCP's é um local de prática intensa; é aí que poderemos colocar em funcionamento e testar muitas das teorias sobre as possibilidades e limites da economia solidária.

2.3- As ITCP's – Sua história em movimento

As Incubadoras de Cooperativas seguem um modelo que tem se mostrado diferenciado dos três tipos que são definidos classicamente, a saber: as Incubadoras de Base Tecnológica, as Incubadoras Mistas, Incubadoras Tradicionais e Incubadoras de Cooperativas. O quadro abaixo mostra essa divisão, com as principais características de incubadoras representantes de cada setor.

Quadro 5 – Tipos de incubadoras

Incubadora Tecnológica Fechada	A maioria das incubadoras tecnológicas como a CELTA/UFSC, GENESIS/PUC-RJ, COPPE/UFRJ, se enquadram nessa categoria. A CELTA, de Florianópolis, por exemplo, ligada a CERT, instituição privada, sem fins lucrativos, que funciona no campus da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), possui 36 empresas incubadas instaladas num prédio de 11,1 mil m ² . As empresas estão instaladas em módulos que variam de 30 a 40 m ² e dispõem de bibliotecas, sala de reunião, auditório, laboratórios, e afins. A CELTA obteve destaque nacional ao desenvolver a urna eletrônica, aprovada pelo tribunal Superior Eleitoral.
Incubadora Tecnológica Mista	O CIETEC, localizado no campus da USP, utiliza, ao mesmo tempo, a modalidade fechada e aberta para incubadoras. Recentemente, ampliou as suas instalações para atender mais empresas, além de abrir novas vagas para empresas que não irão necessitar de sua estrutura física e continuarão funcionando nas suas atuais instalações, dispersas na área geográfica das proximidades da universidade e utilizando apenas os serviços da incubadora, como: consultoria, laboratório do IPT, e afins.
Incubadora Tradicional Fechada	São incubadoras que atuam nos setores ditos tradicionais, geralmente indústrias, como confecção, embalagens, eletro-eletrônicos, plásticos etc. Um exemplo é o programa de incubadoras de empresas desenvolvido pela FIESP/CIESP/SP – conhecido como Núcleo de Desenvolvimento Empresarial, teve seu início com a instalação da incubadora na cidade de Itu, em maio de 1991. Hoje, tem 13 núcleos em funcionamento, na capital e interior do estado de São Paulo. Esses núcleos abrigam cerca de 82 empresas, gerando 482 empregos diretos.
Incubadora Tradicional Aberta – Cooperativas Populares	A idéia nasceu na Universidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, e teve sua consolidação através do INTECCOPPE/UFRJ - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares -, que, em três anos de existência, incubou cerca de 25 cooperativas populares no estado do Rio de Janeiro. A partir da experiência do INTECCOPPE, o FINEP está desenvolvendo um programa para levar essa tecnologia a todas as universidades federais do Brasil. Esse modelo de incubadora presta os serviços necessários à montagem e também ao acompanhamento do desenvolvimento de cooperativas.

Fonte: <<http://www.e-commerce.org.br>>. Acesso em 24/11/2005.

Já o *Glossário dinâmico de termos na área de tecnópoles, parques tecnológicos e incubadoras de empresas*, editado pela ANPROTEC/SEBRAE, vai dividir as incubadoras em 10 categorias.

Quadro 6 – Tipos de incubadoras segundo o Glossário ANPROTEC/SEBRAE

Incubadora Agroindustrial	Organização que abriga empreendimentos de produtos e serviços agropecuários, com vistas a facilitar o processo de empresariamento e inovação tecnológica.
Incubadora Cultural	Organização que abriga empreendimentos na área de cultura, com vistas a promover o processo de empresariamento de produtos e serviços culturais.
Incubadora de Artes	Organização que objetiva apoiar pessoas criativas e empreendedoras que pretendam desenvolver negócio inovador na área de artes.
Incubadora de Cooperativa	Incubadora que apóia cooperativas em processo de formação e/ou consolidação instaladas dentro ou fora do município. Estrutura que apresenta características tanto das incubadoras tradicionais como do processo de incubação a distância, com o objetivo de criação de trabalho e renda.
Incubadora de Empresas de Base Tecnológica	Organização que abriga empresas cujos produtos, processos ou serviços resultam da pesquisa científica, para os quais a tecnologia representa alto valor agregado. Abriga empreendimentos na área de informática, biotecnologia, química fina, mecânica de precisão e novos materiais. Distingui-se da Incubadora de empresas de setores tradicionais por abrigar exclusivamente empreendimentos oriundos da pesquisa científica.
Incubadora de Empresas de Setores Tradicionais	Organização que abriga empreendimentos ligados aos setores da economia que detêm tecnologias largamente difundidas e que queiram agregar valor aos seus produtos, processos ou serviços, por meio de um incremento em seu nível tecnológico. Esses empreendimentos devem estar comprometidos com a absorção e o desenvolvimento de novas tecnologias.
Incubadora Mista	Organização que abriga ao mesmo tempo empresas de base tecnológica e de setores tradicionais.
Incubadora Setorial	Organização que abriga empreendimentos de apenas um setor da economia.
Incubadora Social	Organização que abriga empreendimentos oriundos de projetos sociais, ligados aos setores tradicionais, cujo conhecimento é de domínio público e que atendem à demanda de criação de emprego e renda e melhoria das condições de vida da comunidade. Os objetivos da incubadora devem estar alinhados com os objetivos do programa de desenvolvimento local.
Incubadora Virtual	Organização que se estabelece via Internet, conta com amplo banco de dados e informática, com vistas a estimular novos negócios.

Fonte: <<http://www.anprotec.org.br/glossario>>. Acesso em 04/11/2002.

Em sua pesquisa, Almeida (2004) apresenta uma outra nomenclatura das incubadoras, citando quatro tipos diferentes: as Incubadoras Tecnológicas, Incubadoras Tradicionais, Incubadoras de Cooperativas e Incubadoras Privadas.

Numa edição da Secretaria de Política Tecnológica e Empresarial (MCT/SEPTE), o *Manual para implementação de incubadoras* –, são definidos três tipos de incubadoras: Incubadora de Empresas de Base Tecnológica, Incubadora de Empresas dos Setores Tradicionais e as Incubadoras de Empresas Mistas; nesse caso, não são citadas as incubadoras de cooperativas. No campo governamental, teremos o destaque que é dado às incubadoras de cooperativas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

Acima são citados, dentre muitos, alguns exemplos de classificações e definições que são dadas aos tipos incubadoras. As situações mais claramente definidas, por vários motivos, inclusive tempo de existência desse modelo e quantidade de incubadoras do setor, as incubadoras de base tecnológica são as mais bem estudadas e também são a principal referência para podermos entender o que são, como se constituíram e qual o seu futuro como instrução de geração empresas/cooperativas e de postos de trabalho.

As incubadoras de base tecnológica são o principal parâmetro para entendermos os outros modelos de incubadoras. Então, teremos como referência deste estudo estes dois modelos: o tradicional e o modelo de incubadora de base tecnológica.

O *Manual para implementação de incubadoras* do MCT/SEPTE define as incubadoras tradicionais como modelo que “abriga empresas ligadas aos setores tradicionais da economia, as quais detêm tecnologia largamente difundida e queiram agregar valor aos seus produtos, processos ou serviços por meio de um incremento do seu nível tecnológico. Devem estar comprometidas com a absorção ou o desenvolvimento de novas tecnologias” (p. 07).

Já as incubadoras de base tecnológicas são definidas como um tipo de organização “que abriga empresas cujos produtos, processos e serviços resultam da pesquisa científica, para os quais a tecnologia representa alto valor agregado” (p. 07). Distingue-se da incubadora de empresas de setores tradicionais por abrigar exclusivamente empreendimentos oriundos da pesquisa científica. Essa é uma marcante

distinção feita por Guimarães (2005) e que é bastante útil para entendermos os públicos para os quais esses dois modelos de incubadoras orientam suas ações.

As incubadoras de base tecnológica têm por objetivo o desenvolvimento de tecnologias inovadoras; ela se orienta para o atendimento a empresas de alta tecnologia, ao passo que as incubadoras de empresas tradicionais trabalham com uma tecnologia já bastante difundida.

Um outro ponto que faz com que as incubadoras de empreendimentos tradicionais convirjam para o modelo de cooperativas é o fato de ambas terem o mesmo foco de produção; através de suas empresas incubadas, conseguem absorver grande quantidade de mão-de-obra.

Almeida (2004) fala sobre a ampliação do modelo e dos conceitos de incubadora de base tecnológica, agora, para incubadora de outros setores da economia:

O conceito de incubadora de empresas, começa a ser aplicado à criação de firmas nos setores tradicionais na economia na década de 90, e são chamadas de incubadoras tradicionais. Organizadas, inicialmente, por associações comerciais, se estendem posteriormente para governos estaduais e municipais. Seu objetivo é a promoção de uma melhoria nos níveis gerenciais e tecnológicos das firmas, ou seja, uma missão modernizadora. (ALMEIDA, 2004)

Como podemos perceber pelas definições e pelos conceitos apresentados, existe uma ampliação do conceito de incubadoras de base tecnológica para as dos setores tradicionais. Porém, Guimarães³⁰ não entende que as incubadoras de cooperativas sejam uma mera expansão da terminologia ou uma nova expansão do modelo inicial das incubadoras de base tecnológica. A ampliação do conceito aponta, por sua vez, para o fato de que existe um fechamento sobre determinado público-alvo, o que gera uma caracterização de cada tipo específico de incubadora.

Almeida (2004) acrescenta que “observa-se que um processo mimético é instituído com base num modelo organizacional – a incubadora – ao ser adaptado para alcançar metas em outras esferas sociais. Dessa forma, o ponto central de incubação é muito mais uma estrutura de suporte para a geração de empresas, do que o seu foco inicial na comercialização da pesquisa e inovação tecnológica”.

³⁰ Entrevista com Gonçalo Guimarães, coordenador da ITPC/COPPE, em 20/05/2005.

No *Glossário dinâmico de termos*, a definição de incubadora de cooperativas como “estrutura que apresenta características tanto das incubadoras tradicionais como do processo de incubação a distância, com o objetivo de criação de trabalho e renda”, mostra que existe, senão uma ampla aceitação das incubadoras de cooperativas, uma abertura para a discussão das novas possibilidades que esse modelo pode trazer em termos de geração de trabalho via criação de cooperativas.

Por esse intercâmbio de conceitos, podemos perceber a criação de instrumentos que se tornam cada vez mais flexíveis e menos ligados a uma instituição específica. Esses instrumentos e seus conceitos se unem para formar outros modelos, como é o caso das incubadoras de cooperativas. Em contrapartida, não podemos negar o grau de inovação que esse modelo de incubadora – de cooperativas – apresenta em relação ao conjunto. Essa diferenciação lhe confere um grau de autonomia na criação de estratégias de incubação e formas de gestão, como também a possibilidade de criação de instrumentos inovadores de organização, tanto internamente quanto no atendimento ao seu público alvo.

Souza *et al*³¹ mostram alguns fatos sobre o surgimento das ITCP's que são bastante esclarecedores para o nosso trabalho:

O projeto das ITCP's foi inspirado pelo movimento em prol da cidadania contra a fome e a miséria, liderado por Betinho³² (1992), que lançou uma semente no pensamento solidário. A consciência de que a ação de distribuir alimentos teria que ser ampliada com iniciativas visando gerar trabalho e renda fez com que professores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em parceria com a Universidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, criassem uma cooperativa popular, formada por moradores da região da Maré – RJ, que pudesse prestar serviços para a própria Fiocruz, surgindo dessa forma a Cooperativa de Manguinhos. A experiência bem-sucedida de Manguinhos fez com que professores e alunos da Engenharia da UFRJ (Coppe – Coordenação de Programas de Pós-graduação da engenharia) decidissem criar, em 1995, a primeira iniciativa de uma

³¹ Incubadora Tecnológica de Cooperativas – ITCP X Incubadora de Empresas de Base Tecnológica – IEBT – Diferenças e semelhanças no processo de incubação. Artigo – Altec 2003 – Latin-American Seminar of Technology Management, realizado na Cidade do México. Disponível na Internet: <http://www.itcp.unicamp.br/site/downloads/itcp_doc1.doc>. Acesso em 23/11/2005.

³² Sociólogo, Herbet de Souza (Betinho); formado pela Universidade Federal de Minas Gerais, em 1962. Coordenou a campanha da “Ação pela Cidadania contra a Fome e a Miséria”, que pretendia ir mais além de um movimento social de caráter assistencialista, inicialmente, para aglutinar outros movimentos e iniciativas individuais e comunitárias em todo o país.

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, cujo objetivo inicial foi estabelecer um contato com comunidades das favelas interessadas na formação de cooperativas de trabalho. (SOUZA *et al*, 2003:04)

O *site* da ITCP/COPPE marca o ano de 1995 como início do projeto: “em maio é oficialmente criada a ITCP/COPPE, no Centro Cultural Banco do Brasil, com a assinatura de um convênio entre a COPPE/UFRJ e a financiadora de Estudos e Projetos – Finep, o Banco do Brasil, a Fundação Banco do Brasil, Comitê de Entidade Públicas no Combate à Fome e Pela Vida”.³³

Almeida, em seu trabalho sobre a história das incubadoras, no Brasil, relata a origem das ITCP's:

Em 2003, o Programa da Finep, dirigido para as incubadoras de cooperativas. Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas (Proninc), criado em 1997 é relançado, e prevê durante os anos de 2003 e 2004 o repasse de recursos para 30 incubadoras, com o apoio dos seguintes parceiros: Banco do Brasil, Fundação Banco do Brasil e Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). (ALMEIDA, 2004:79-80)

Guimarães define assim as incubadoras:

A incubadoras não são a base tecnológica, o que nós chamamos de incubadora é uma forma, uma metodologia, um método de desenvolver empresas [...] qual foi a idéia de se utilizar o que eles chamam de incubadora? É criar uma forma de proteção para que essas idéias e esses processos não fossem perdidos e dar oportunidades para um modelo de desenvolvimento de país.³⁴

Então, para todos os modelos listados acima, o que nós temos como base é o fato de podermos caracterizar incubadora como “uma forma, uma metodologia, um método de desenvolver empresas”, nesse caso, não precisamos fazer uma distinção entre os vários tipos de incubação, de público, mas apenas podemos caracterizar todos os públicos como empresas, sejam elas cooperativas ou empresas do setor tradicional da economia, de alta tecnologia ou de tecnologias bastante difundidas.

³³ <<http://www.coppe.ufrj.br>>. Acesso em 14/10/2005.

³⁴ Entrevista com Gonçalo Guimarães, coordenador da ITPC/COPPE, em 20/05/2005.

O que mais importa é o método para se desenvolver cada ramo específico que é formado por essas empresas.

Temos, aqui, uma nova expansão do conceito; nas palavras de Guimarães:

Então o conceito de incubagem, ou de incubadora é de uma proteção para a inserção de empresas ou tecnologias novas no mercado. A tese é essa: se ela for protegida durante um tempo até ser absorvida pelo empresariado, pela indústria, de alguma forma ela será capaz de [se desenvolver], agora existe a possibilidade de partirmos do conceito e estruturarmos todo o conjunto de elementos necessários para atender cada segmento que demanda *proteção*.³⁵

Nesse sentido, a definição de Guimarães quanto ao público atendido pela ITCP/COPPE é muito clara, e serve também para caracterizarmos mais claramente a diferença entre os públicos e modelos:

Para modelos de desenvolvimento de país isso é fundamental, então na verdade, quando nós dizemos que nos baseamos em um modelo de incubadora é em um conceito de atividade econômica protegida por um tempo determinado, com uma perspectiva de política pública para um modelo de desenvolvimento. E aí foi que a gente usou como conceito.

O público da gente é um público diferente do de [incubadora] alta tecnologia. Em termos habitacionais, de educação, faixa de renda... E a gente criou uma metodologia aqui para trabalhar com esse público-alvo, que é totalmente diferente do outro, por exemplo: a empresa de alta tecnologia precisa de fomento, de capital, mas não precisa tanto de saber administrar, de saber preencher talão de cheque, etc. O nosso público, ele tem um mercado já. O seu produto já é conhecido no mercado, ele não é um produto novo, então ele não precisa daquele apoio naquele sentido, porém, os atores são novos, na realidade, a proteção está muito mais nos atores do que propriamente na empresa, nos indivíduos que compõem essa nova empresa. Enquanto que a incubadora de empresa ela protege o produto, o incentivo é ao produto, a forma de fazer o produto, porque, como eu disse, lá está centrado em propriedade industrial, capital de risco, que ela está protegendo [...], o produto é novo no mercado, mas não aqueles que o produzem, eles já fazem parte da sociedade. No nosso caso, o produto não é novo, eu não estou lançando a partir das cooperativas populares

³⁵ Entrevista com Gonçalo Guimarães, coordenador da ITCP/COPPE, em 20/05/2005.

novos produtos, eu estou lançando novos personagens nesse palco, então a proteção é das pessoas e não do produto.³⁶

Essa preocupação com relação ao público é o grande fator de diferenciação, e o uso da incubadora como método está focado sobre o processo de inclusão de pessoas.

O artigo intitulado “Incubadora Universitária Tecnológica de Cooperativas Populares: uma proposta política” apresenta o processo de criação da ITCP/COPPE:

Trabalhadores que antes participavam do mercado formal de trabalho vieram somar-se àqueles historicamente excluídos, ou seja, aos trabalhadores que nunca tiveram trabalho com carteira assinada, provenientes do mercado informal. A perda do trabalho formal significa para o trabalhador muito mais que a perda financeira, representa a perda de direitos, de seu *status* como cidadão.³⁷

Como vínhamos afirmando, o tipo de público que a incubadora busca atingir desde o início das suas atividades é que justifica a sua criação, se diferenciando completamente do público atendido pelos outros modelos de incubadoras. Outro trecho desse artigo delimita exatamente os motivos que levam à criação desse modelo de incubadora:

Tendo em vista essas importantes transformações do mercado de trabalho no Brasil nasce em meados da década de 90, no Rio de Janeiro, o programa de extensão universitária denominado Incubadora Tecnológica e Cooperativas Populares da Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ITCP/COPPE/UFRJ). Num primeiro momento, a ITCP/COPPE/UFRJ [...] teve como objetivo organizar, em cooperativas, trabalhadores historicamente excluídos do mercado de trabalho, moradores de áreas periféricas e comunidades populares do Rio de Janeiro.³⁸

Entre outros autores, encontramos em Singer uma descrição das situações que têm levado a uma busca de novas alternativas, entre as quais estão as incubadoras de cooperativas, como forma de inclusão econômica. Para ele, a exclusão social “deve ser

³⁶ Entrevista com Gonçalo Guimarães, coordenador da ITCP/COPPE, em 20/05/2005.

³⁷ GUIMARÃES *et al.* Incubadora Universitária Tecnológica de Cooperativas Populares: uma proposta de política pública de crédito produtivo. Disponível na Internet, em: <<http://www.coppe.ufrj.br>>. Acesso em 20/11/2005.

³⁸ Idem. Disponível na Internet, em: <<http://www.coppe.ufrj.br>>. Acesso em 20/11/2005.

encarada como uma questão de grau. Contudo, nos países do Terceiro Mundo, existe uma forma de exclusão social que é fundamental: a exclusão econômica” (SINGER, 1998: 124).

Uma descrição ampla sobre esse processo de precarização das condições de trabalho já foi feita por vários autores, mas a construção de alternativas ao modelo capitalista não se faz de forma tão ampla; existe um grau de dispersão acentuado das forças nessa busca, ora de superação, ora de convivência *pacífica*, como é o caso do modelo proposto por Singer.

Apesar do foco do nosso trabalho ser as incubadoras de cooperativas, é preciso explicitar que essas incubadoras fazem parte de um conjunto de alternativas e medidas que estão sendo implementadas em busca da superação de uma crise gravíssima do setor de empregos.

Trata-se de uma crise que se inicia no princípio da década de 1990. Singer nos fala de uma solução não capitalista para a crise do emprego, que não passa por uma discussão capitalista das possíveis soluções, mas por uma solução econômica, ou melhor, por um debate econômico. Aqui, temos que salientar o fato de que existe, ou deveria existir, uma discussão ampla acerca dos programas sociais governamentais de apoio a cooperativas e, como nos chama atenção Guimarães³⁹ essas iniciativas deveriam se transformar em políticas públicas.

Singer salienta que “a atual crise do desemprego resulta da atuação de fatores há muito conhecidos numa conjuntura em que os remédios já testados não funcionam mais”. E é esclarecedor quando nos lembra que, dentro desse contexto,

as soluções propostas para o desemprego se limitam em geral a oferecer ao desempregado treinamento profissional e algum financiamento, se ele se dispuser a começar um negócio por conta própria. É preciso que fique bem claro que a maior qualificação dos trabalhadores, insistentemente reclamada pelos empregadores, não é solução para o desemprego. O aumento da qualificação não induz os capitais a ampliar a demanda por força de trabalho, pois esta depende basicamente do crescimento dos mercados em que as empresas vendem seus produtos. (SINGER, 1998:118-9)

³⁹ Entrevista em 20/05/2005

Essa opinião parece ser compartilhada por Guimarães,⁴⁰ e ele é claro ao dizer quais os princípios que nortearam a criação da ITCP/COPPE:

O projeto é de inclusão social a partir de inclusão econômica. Qual é a nossa tese? Não existe exclusão social, existe exclusão econômica. A exclusão social ela é consequência da exclusão econômica e não o contrário.

[...]

a gente trabalha com baixa renda, porque a gente está entendendo que a exclusão é econômica, é falta de acesso aos meios de produção, e isso torna esses indivíduos, indivíduos diferentes, excluídos. Qual a nossa tese! Para reverter esse quadro não serão políticas sociais tradicionais, como comumente se faz, e sim políticas econômicas. Porque, na medida em que eles conseguem ter uma renda, eles conseguem uma mobilidade. As políticas sociais ajudam a diminuir o preconceito, mas o problema das pessoas é renda, então a ITCP é um projeto inclusão social a partir da inclusão econômica.

E explica:

Eu pessoalmente não consigo ver essa separação entre o econômico e o social, eu acho que isso é uma afronta, vou falar uma frase que o Betinho falou uma vez, nas Nações Unidas: “O trabalhador dentro da fábrica é fator econômico, o trabalhador fora da fábrica é problema social”. O desenvolvimento é econômico e o problema é social. Essa divisão que o capitalismo fez, de dividir, para mim, é uma grande balela. Não existe indicador social e indicador econômico, só existe indicador de desenvolvimento. Quando você separa isso...

A inclusão, dessa forma, estaria assentada, inicialmente, nessa (re)estruturação da vida econômica, tanto para Singer como para Guimarães. O que nos chama a atenção é o fato de que as outras esferas da vida do sujeito devem ser consideradas durante todo o processo.

No caso da ITCP/COPPE, o que foi possível observar⁴¹ é que existe uma quantidade muito variada de atividades desenvolvidas pela incubadora, que vão desde atividades educativas, com laboratórios de informática a inclusão de deficientes

⁴⁰ Entrevista em 20/05/2005.

⁴¹ Em visita técnica realizada à ITCP/COPPE, em 20/05/2005.

mentais, através do trabalho, com produção de roupas, até mesmo com apresentação em desfiles. Ao mesmo tempo, atua com um amplo programa de assistência a grupo e elabora projetos com características extremamente variadas; o que não muda é o público-alvo a ser atendido. Além disso, desenvolve consistentes instrumentos de avaliação dos grupos incubados e de controle das atividades internas, ainda em processo de elaboração. Em 1996, iniciam-se as atividades da ITCP/COPPE, que desenvolve e aprimora sua metodologia e forma grupos na baixada fluminense e em favelas cariocas. Também em 1996, as cooperativas incubadas pela ITCP/COPPE criam o Fórum de Cooperativas Populares do Rio de Janeiro.⁴²

O que é marcante é a pluralidade de iniciativas que são desenvolvidas, demonstrando também que um novo modelo de incubação está sendo gestado, mais uma particularidade do pioneirismo da ITCP/COPPE.

Em 1997, é criado o PRONINC, um projeto surgido da parceria entre Finep/Banco do Brasil/Fundação Banco do Brasil/COPPE, visando à implantação de ITCP's em outras universidades brasileiras, tendo como parâmetro a experiência gerada na ITCP/COPPE.⁴³ No México, a ITCP/COPPE está presente na criação da Rede Universitária das Américas em Estudos Cooperativos e Associativos.

Por essas e outras iniciativas, a amplitude do projeto desenvolvido pela ITCP/COPPE transcende o escopo natural de sua criação, passando a ser, sob certa ótica, um instrumento político.

Guimarães mostra que essa pluralidade da ITCP não ocorre por acaso:

Eu acho que o projeto da gente [a incubadora da COPPE], ele tem duas vertentes: uma é a escala que nós conseguimos trabalhar, que é uma escala absolutamente experimental, sem escala de mudança nacional. Qual o efeito que eu vejo disso! Na medida em que a gente consegue interferir em políticas públicas, será capaz de fazer as mudanças. Então, quando a gente olha o próprio currículo aqui da nossa incubadora, vai ver que nós tivemos várias influências em políticas públicas e o que há 10 anos atrás era quase que folclore, hoje já entra como política governamental, e não é pelo partido que entrou, o governo anterior também já ia assumindo essa realidade como expectativa.⁴⁴

⁴² Disponível na Internet, em: <<http://www.coppe.ufrj.br>>. Acesso em 20/11/2005.

⁴³ Disponível na Internet, em: <<http://www.coppe.ufrj.br>>. Acesso em 20/11/2005.

⁴⁴ Entrevista em 20/05/2005

Fica claro o fato que as mudanças têm que vir de uma parceria entre o poder público, através de políticas públicas e dos vários segmentos da sociedade.

Como a universidade tem uma perspectiva de construção de teoria, de métodos, de averiguação de verdades para determinada escala e outra é a capacidade que nós temos de mobilizar, articular e fazer circular para a opinião pública. E aí, a capacidade de voz, a capacidade de modificar. Não acho que essa mudança virá nem via universidade nem via organizações, só políticas públicas serão capazes de reverter esse quadro. Enquanto continuar tendo projetos pontuais, financiados de forma pontual, vão ser ótimos experimentos. Política pública, ela é universal e vai atingir a todos. E a incorporação disso significa a apropriação de fundos públicos para grupos que não têm acesso, é quando você faz políticas públicas. Você só faz políticas públicas quando você tem fundos públicos, esses fundos têm que parar de ir para os banqueiros e começar a ir para a sociedade. Então, o papel da gente é a construção de um debate público para reverter esse quadro.⁴⁵

Podemos retomar, nas palavras de Singer, o mesmo pensamento elaborado por Guimarães:

Para resolver o problema do desemprego é necessário oferecer à massa dos socialmente excluídos uma oportunidade real de se inserir na economia por sua própria iniciativa. Esta oportunidade pode ser criada a partir de um novo setor econômico, formado por pequenas empresas e trabalhadores por conta própria, composto por ex-desempregados, que tenha um mercado protegido da competição externa para os seus produtos (SINGER, 1998:122).

Guimarães levanta algumas questões interessantes, nesse sentido:

Algumas teses, por exemplo: existem outros métodos de produzir que não apenas esse. É possível que grupos ditos como marginais sejam capazes de se organizar, de produzir, de conquistar mercado. É possível dizer que as pessoas são capazes de ter autogestão. Também é possível dizer que as pessoas não têm acesso ao crédito, que o processo de venda é um processo controlado e que inibe. Então, você pode fazer, por um lado, a prova, por outro lado, a denúncia, e isso a universidade tem espaço público e político para isso. Então, por exemplo, se você pegar uma incubadora que está restrita a incubar, ela não está cumprindo o seu papel. Por quê? Porque a escala de

⁴⁵ Entrevista em 20/05/2005

incubação e o custo de incubação é absurdamente alto pelos resultados diretos que ela dá. Ela será tão boa pelos resultados indiretos, quando você colocar uma linha de crédito no governo, aí o efeito dela [da incubadora]. Agora, vocês não vão conseguir isso se você estiver incubando para ter a disputa na sociedade.⁴⁶

2.5- A relação entre a Universidade e as ITCP's

Como vimos, as ITCP's são um fenômeno ligado às universidades, principalmente às universidades públicas. Como relata Guimarães, em entrevista, não é possível fomentar uma quantidade de cooperativas via ITCP's, em quantidade suficiente para que sejam resolvidos ou minimizados, de forma significativa, os problemas da inclusão econômica, mas a consequência do papel da universidade nesse plano tem duas grandes significações diretas. A primeira é a de gerar tecnologia, e a segunda é a da denúncia:

A Incubadora de Tecnológica de Cooperativas Populares assume importante papel como referência de experiências diversificadas até porque, nos seus primórdios em 1995, a Incubadora não tinha a perspectiva de ser um projeto de cooperativismo. A proposta inicial era criar um Centro de Tecnologia, desenvolvendo uma tecnologia do emprego e do trabalho, tendo como público-alvo as populações excluídas. A idéia era fazer com que essa tecnologia fosse um elemento integrador e não, como tradicionalmente ocorre, de exclusão e confirmação das desigualdades sociais. (GUIMARÃES, 1999:113).

Com relação à primeira situação, em que a grande maioria das ITCP's estão em busca de uma metodologia de incubação, Guimarães fala sobre a construção da trajetória da ITCP/COPPE: “Na prática, falar em cooperativa de trabalho, no Rio de Janeiro e em favela, era reinventar o conceito e criar algo muito novo, que não tinha eco em qualquer experiência concreta. Metade do projeto foi pensado e planejado, a outra metade foi a própria realidade que ditou os caminhos”.⁴⁷

E, sobre a relação incubadoras/universidades, é importante refletir:

A universidade reúne importantes condições para evitar a perda de continuidade. Mas, além da continuidade, a universidade garante

⁴⁶ Entrevista em 20/05/2005.

⁴⁷ Entrevista em 20/05/2005.

maior imparcialidade. É um lugar onde os conflitos internos impedem, a princípio, determinadas hegemonias, com um dado essencial: há o ingresso de novas pessoas a cada ano. A massa da universidade é constituída de estudantes, grupos que mantêm a dinâmica e a coragem do novo.

[...]

Quando a equipe do Projeto diz: “nós, a universidade”, há uma legitimação num primeiro momento. No segundo, o que legitima é o trabalho realizado e as relações de confiança e cumplicidade estabelecidas. E, para a academia, também é importante essa ponte com uma grande parcela da população que desconhece e não tem qualquer acesso às escolas de ensino superior.⁴⁸

Hoje, com a multiplicação das ITCP's, já começam a surgir pesquisas que têm como foco uma sistematização dos processos de incubação, inclusive com alguns documentos oficiais publicados pela SENAES.

Como temos constatado, a relação universidade e ITCP's é muito íntima e, pelo que indicam os autores que tomamos em nossa pesquisa,

uma incubadora universitária de empreendimentos de economia solidária – associações e cooperativas populares urbanas e rurais, além de empresas autogestionárias – pode constituir-se em um espaço importante onde se desenvolvem pesquisas teóricas e empíricas sobre a economia solidária, cuja ação política pode voltar-se para atender uma classe social desprovida dos meios de produção. (EID, 2002:169).

Com relação à metodologia de incubação, ela deve ter a clareza da necessidade da educação unitária, de modo a superar a fragmentação do conhecimento através de um processo interativo entre os agentes – educadores e educandos.

Atuando como técnico da Incubadora do NESTH, pude fazer a mesma constatação descrita por Eid (2002): “entende-se que os métodos são caminhos, sugestões, possibilidades, portanto não há fórmulas prontas”.

⁴⁸ GUIMARÃES *et al.* Incubadora Universitária Tecnológica de Cooperativas Populares: uma proposta de política pública de crédito produtivo. Disponível na Internet, em: <<http://www.coppe.ufrj.br>>. Acesso em 20/11/2005.

2.6- O processo de educação e a construção da autogestão

As incubadoras de cooperativas, as ITCP's, têm se mostrado um poderoso instrumento de educação, tanto para a aquisição de conhecimentos técnicos como para a construção da capacidade de autogestão. Cabe a nós uma discussão pormenorizada desse processo, que se dá no dia-a-dia dos grupos de produção.

Na Incubadora do NESTH, estive à frente, como técnico da subárea de Psicologia, do processo de construção de autogestão nos grupos. Nesse ponto particular, devemos fazer algumas observações que, no nosso entendimento, são extremamente importantes. Esse trabalho não é capaz de apresentar a última palavra sobre o assunto, mas tão-somente devemos lembrar que são fortes os indícios que nos levam a concordar com Carvalho e Pires (2004), no sentido de que existem outras necessidades, para além dos aspectos econômicos da Economia Solidária.

2.6.1- Como e por que se formam os grupos

George Lapassade diz que “todo grupo se distribui tarefas, escolhe responsáveis para assumir funções [...], em resumo, todo grupo humano se organiza”. E acrescenta: “um grupo é constituído por um conjunto de pessoas em relação umas com as outras e que se uniram por diversas razões” (1983:65-6).

No caso particular dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES), os grupos têm um foco de atuação mais direta, que visa a criar um empreendimento econômico que gere renda. Mesmo com esse objetivo já bem definido, não existe uma linearidade no cumprimento dessa meta. Para Lapassade, “nós vivemos em grupos sem tomar necessariamente consciência das leis de seu funcionamento interno” (1983:70). E acrescenta: “Numa equipe de trabalho, por exemplo, e qualquer que seja a tarefa a realizar, os principais fatores de funcionamento são uma finalidade comum, em princípio, tarefas concretas comuns, um sistema de participação, um sistema de direção ou de animação do grupo, um conjunto de regras ditas de procedimento” (1983:70).

Podemos perceber que, quanto à Teoria de Grupos, ou Dinâmica de Grupos, como denominou Kurt Lewin (1988), a atividade grupal segue um conjunto de “leis” que podem ser descritas e usadas, também, como referência para a estruturação de quaisquer grupos.

A difícil tarefa está em conseguir implementar a construção da autogestão junto aos grupos incubados, sem que isso se torne um fator de ingerência, e produza, ao contrário do que é objetivado, uma situação de dependência dos grupos.

Eugène Enriquez (2001:61) ressalta que são numerosos os estudos sobre os mecanismos ou processos de grupos já constituídos, mas são raras, no entanto, as análises de grupos em estado nascente. Certamente, esse problema é capital, pois se pode, como diz Enriquez, fazer constatações e descrições finas da vida dos grupos, mas não se está à altura de compreender [...] a base sobre a qual são elaborados os princípios que presidem à instauração do grupo e que permanecem decisivos ao longo de sua história.

Essas afirmações são importantes, porque nos lembram que a forma como o grupo é organizado e a finalidade com a qual é constituído irão marcar de modo indelével toda a sua existência e planos futuros.

Nos EES que passam por um processo de incubação, alguns grupos podem apresentar uma história anterior, ao passo que outros se estruturam em função de processos de intervenção, de contato externo, que funciona como catalisador. Essa é uma característica marcante dos processos de incubação, e mesmo respeitando as estruturas já constituídas nos grupos, esses processos tendem a constituir estruturas operacionalmente auto-sustentáveis, buscando dar viabilidade ao empreendimento.

Devemos ampliar a discussão acerca da estruturação dos grupos, e Enriquez (2001:61-2) nos mostra que “um grupo só se constitui em torno de uma ação a realizar, de um projeto ou de uma tarefa a cumprir”. E adiciona: “um projeto em comum significa, de início, que o grupo possui um sistema de valores suficientemente interiorizado pelo conjunto de seus membros, o que permite dar ao projeto suas

características dinâmicas (fazê-lo passar ao estágio de simples plano ao estágio de realização)”.

Para a compreensão do sistema de coesão dos grupos, devemos buscar entender em quais fundamentos ele se apóia.

Tal sistema de valores, para existir, deve se apoiar em alguma representação coletiva, em um imaginário social comum. Por imaginário social, entendemos que só podemos agir quando temos uma certa maneira de representar aquilo que somos, aquilo que queremos vir a ser, aquilo que queremos fazer e em que tipo de sociedade ou organização desejamos intervir.

Não se trata unicamente de querer coletivamente; trata-se de sentir coletivamente, de experimentar a mesma necessidade de transformar um sonho ou uma fantasia em realidade cotidiana e de se munir dos meios adequados para conseguir isso.

Mas esse sentimento motor de nossa conduta só pode emergir e ter força de lei quando ligado a um sistema de idealização de nós mesmos e de nossa ação. (ENRIQUEZ, 2001:62-3)

Podemos encontrar, nessa passagem, esclarecimentos sobre a forma como vão se dar os processos de interação e consolidação dos grupos, e como estes poderão se integrar aos processos de incubação.

Capítulo 3 – O processo de incubação de cooperativas – o campo de análise específico: a incubadora de cooperativas da UFMG

A incubadora de cooperativas NESTH/UNITRABALHO/UFMG foi criada através de um convênio com a Fundação Banco do Brasil. Ela faz parte de um projeto maior, um programa nacional. Almeida (2004) relata como se passou o incremento desse programa:

Em 2003, o programa de Finep, dirigido para as incubadoras de cooperativas, Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas (Proninc), criado em 1997, é relançado e prevê durante os anos de 2003 e 2004 o repasse de recursos para mais de 30 incubadoras como apoios dos seguintes parceiros: Banco do Brasil, Fundação Banco do Brasil e Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Instituições da esfera empresa Sebrae, Fundação Banco do Brasil, bem como recurso originado do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) também tem sido direcionado para essas atividades. (Almeida, 2004) pág 79

Em julho de 2004, começou a se estruturar a Incubadora de Cooperativas, sediada no NESTH/UFMG. As primeiras iniciativas desenvolvidas nesse projeto foram atividades diagnósticas, algumas diretrizes foram traçadas para que houvesse uma primeira abordagem dos grupos que passariam a ser atendidos no processo de incubação. Esse diagnóstico incluía questões como: número de pessoas em cada grupo, a real situação da produção (venda, estoque, clientes, etc.), a situação legal (Estatuto, Regimento Interno, CNPJ), a disposição das pessoas em trabalhar em grupos e a possibilidade de inserção desses mesmos grupos em um projeto mais amplo, que é o da Economia Solidária.

A Incubadora se subdividia em cinco áreas de atuação: Psicologia Social, Ciências Políticas, Direito, Administração e Engenharia de Produção. Cada uma dessas áreas possuía um corpo técnico que atuava sob uma coordenação, com um responsável por cada área, e estes atuando sob uma coordenação administrativa e uma coordenação geral. A coordenação administrativa era responsável por todo o processo de gerenciamento das intervenções e do processo de formação junto aos grupos. Todas as atividades eram definidas localmente, por cada subárea; os acertos das diretrizes básicas

eram traçados em reuniões, ora semanais, ora quinzenais, sob o comando da coordenação administrativa.

Participo do projeto desde agosto de 2004, inicialmente, como observador, depois, como técnico em incubação – subárea de Psicologia, assentada teoricamente na Psicossociologia, sendo que há uma liberdade teórica dentro do grupo, para que sejam feitas adaptações da metodologia, de acordo com algumas demandas específicas advindas de cada grupo e em cada tempo.

Em princípio, todo processo se iniciava da mesma forma, com o diagnóstico de cada grupo em particular, sendo que cada subárea apresentava um relatório sobre o grupo em questão. A seguir, iniciava-se o processo de intervenção.

Como processo de intervenção, podemos entender a atuação das equipes junto a cada grupo. Basicamente, esse processo consiste em atuar em duas frentes: a primeira, na forma de instrução, formação, educação em determinadas áreas específicas de conhecimento que eram dominadas por cada equipe; a segunda frente era uma tentativa de sanar as demandas emergentes de cada grupo. Em outras palavras, a primeira dizia respeito a um programa mais geral que cada subárea tinha traçado anteriormente, e a segunda ao atendimento de demandas.

Todos os grupos atendidos tiveram uma experiência em comum: os cursos de capacitação do CENAFOCO, principalmente o curso de Agente Social, sendo que alguns já haviam tido contatos anteriores com o NESTH/UFMG, em programas anteriores, como é o caso da APOPATIVA.

Lima, Assunção e Fonseca (2004:02) falam sobre como se inicia todo o processo de formação dos grupos que iriam, posteriormente, ser atendidos pela ITCP/NESTH. Essas informações serão importantes para entender qual o papel que o trabalho formativo/educativo do CENAFOCO teve no processo de escolha e incubação dos grupos.

Em Belo Horizonte, o CENAFOCO foi implementado por meio de um convênio que reuniu a SEAS (Secretaria de Estado de Assistência Social) e a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) que, por sua vez, estabeleceu parceria com duas organizações não-governamentais: a Associação Municipal de Assistência Social (AMAS) e Escola Sindical 7 de Outubro, para a execução do Projeto. O programa de formação incluía cidadania e participação, direitos

humanos, meio ambiente, voluntariado, estratégia de ação comunitária, elaboração de projetos sociais, dentre outros assuntos. Após os seis meses de duração do programa, os participantes, que nesse período recebiam uma ajuda de custo, deviam estar aptos a desenvolver um projeto social em suas respectivas comunidades, para o qual o grupo contaria com uma verba disponibilizada pelo CENAFOCO no valor de 10 mil reais.

Começa a surgir, aí, uma estrutura que se constituiria no projeto da Incubadora do NESTH. E, como podemos perceber, foi a partir de uma demanda que esse movimento se deu:

Nesse momento, a SMAS solicitou ao Núcleo de Estudos sobre o Trabalho Humano, ligado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), apoio técnico para a constituição dessa Cooperativa⁴⁹ e de três outras que seriam formadas por grupos também egressos do CENAFOCO. Diante dessa solicitação, o NESTH convidou outras Escolas e grupos de pesquisa da UFMG para integrar o projeto: a Faculdade de Ciências Econômicas, a Faculdade de Direito e o Departamento de Engenharia de Produção (DEP) por meio do Laboratório de Ergonomia. Essa intervenção conjunta foi um projeto-piloto para a incubadora de empreendimentos populares que se encontra em fase de constituição na universidade. (LIMA, ASSUNÇÃO e FONSECA, 2004:03)

Em entrevista com a coordenadora administrativa, que esteve à frente de todo o processo de estruturação da Incubadora do NESTH, percebemos que todo o projeto foi marcado por um complexo aprendizado. E essa foi uma forte impressão que ficou em mim, ainda como técnico da Incubadora do NESTH.

Um problema recorrente foi o fato de que o curso oferecido pelo CENAFOCO não habilitava as pessoas a percorrerem o que parecia ser um caminho natural, que era a formação e administração de uma cooperativa, por exemplo. Em uma entrevista com uma dessas pessoas que passaram pelo curso do CENAFOCO, foi possível detectar várias críticas em relação à sua eficiência.

⁴⁹ Cooperativa escolhida para a nossa pesquisa de campo. Essa cooperativa atua no ramo de produção de artefatos de couro e de material sintético (principalmente calçados e bolsas).

Em princípio, todo o processo, desde o diagnóstico, passando pelas etapas de intervenção/instrução e pelo processo de legalização (constituição jurídica como cooperativa ou associação), com a aquisição do CNPJ, pela cooperativa, teria um prazo máximo de um ano para ser cumprido, que era o tempo total de execução do projeto.

O Relatório Parcial do PRONINC, sobre a Incubadora do NESTH/UFMG, mostra como a realização de metas é feita, desde o planejamento do trabalho de capacitação de cada grupo, segundo uma ordem de prioridade de atendimento estabelecida a partir do diagnóstico preliminar do grupo.

Houve uma certa dificuldade inicial, porque o prazo estipulado para a execução de cada fase não transcorreu de maneira uniforme, e não se podia abandonar um grupo no meio do processo diagnóstico porque o prazo estimado para essa fase estava se esgotando. No tocante ao tempo, as dificuldades foram muitas, porque todo processo foi tomado de idas e vindas; não poderíamos classificar como retrocessos, mas como um processo pertinente a cada grupo, diante das vicissitudes enfrentadas em sua trajetória, rumo a se tornar uma instituição independente no sentido social, jurídico e psicológico, e confirmar-se como unidade produtiva capaz de prover renda a todas as pessoas que nela trabalham.

3.1- A Cooperativa de Produção Industrial

Optamos por uma cooperativa de produção industrial, por apresentar uma forma de organização de trabalho em que existe uma intensificação das relações na produção.

O processo de formação efetiva do grupo, como ele se estrutura hoje, começa com Projeto CENAFOCO. O grupo está em atividade desde outubro de 2003 e foi constituído a partir de um projeto de formação de líderes comunitários da Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS), desenvolvido na gestão Fernando Henrique Cardoso: o Centro Nacional de Formação Comunitária (CENAFOCO). Esse centro foi implementado em sete regiões metropolitanas do Brasil (Belo Horizonte, Brasília, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória), entre os anos de 2000 e 2002. O público-alvo era constituído por jovens e adultos de comunidades que apresentam altos índices de violência (PIERRO, 2003).

Em entrevista com a figura-chave de todo o processo de formação da cooperativa, ele conta como foi sua passagem pelo processo de formação de líderes comunitários, no CENAFOCO, e quais as conseqüências que esse projeto teve sobre as atividades subseqüentes.

Os projetos que eu falo que não estão funcionando, vamos começar lá de quando começou a cooperativa. A cooperativa [legalmente, no momento desta entrevista, o grupo ainda não era uma cooperativa] tem três anos agora. Na verdade, teve um curso antes, teve um curso, assim, uma capacitação da Incubadora que foi uma coisa meio perdida, que foi quando começou o projeto da Incubadora em Belo Horizonte. Na verdade, o projeto era um projeto antigo, mas, em Belo Horizonte mesmo, o projeto começou através do CENAFOCO [...] foi um curso de capacitação de liderança comunitária, não era para ser um projeto de cooperativa nem de incubadora de cooperativa, mas dentro desse projeto da incubadora tinha uma verba de sete mil reais e essa verba teria que ser investida em algum projeto, não importasse que projeto fosse. Aí, como eu já trabalhava na área há mais de 10 anos, agora já está somando 15 anos já, eu tive a idéia da gente criar, a principio, não seria uma cooperativa, mas uma escola de capacitação na área de calçados e bolsas, mas não poderia ser feito também porque a burocracia não deixava o dinheiro ser passado na mão se não tivesse uma entidade para segurar o dinheiro.⁵⁰

A experiência, com relação à formação promovida pelo CENAFOCO, suscita algumas críticas por parte do líder comunitário:

Nós ficamos de agosto até setembro de 2002, só capacitação, mas não tinha capacitação, eles não sabiam falar o que era cooperativa, e nós muito menos, “eu vou me informar o que é cooperativa”, “quando eu chegar eu vou falar o que é cooperativa”. E foi enrolando o tempo e toda semana tinha uma reunião e dinheiro embora, e dinheiro indo embora, de agosto até finalzinho de setembro, foram R\$ 3.490,00 embora sem a gente saber nada de nada.⁵¹

E continua, apresentando suas impressões sobre o processo de formação promovido pelo CENAFOCO:

⁵⁰ Entrevista com o membro-fundador da cooperativa (Couro Sim), em 18/01/2006.

⁵¹ Entrevista com o membro-fundador da cooperativa (Couro Sim), em 18/01/2006.

As pessoas, os técnicos eram muito *light* – se quiser aprender quer – não davam aquela injeção, falavam o que realmente precisa, falava, mas se você quiser quer, é aquele negocio – grupo de periferia está acostumado a esconder.⁵²

Nesse tipo de experiência, a relação entre ensino/aprendizagem, educador/educando se dá em situações muito mais complexas do que aquelas enfrentadas em turmas regulares. Podemos perceber, no depoimento acima, alguns problemas na forma de abordagem do grupo, bem como uma questão cultural que permeia a fala do entrevistado: “grupo de periferia está acostumado a esconder”. No trecho citado abaixo, podemos observar considerações importantes acerca do processo ensino/aprendizagem. O instrutor fala sobre o processo de treinamento (ensino) dos membros recém-chegados à *cooperativa*:⁵³

Antes tudo saía perfeito, no começo tava todo mundo “chegando” mesmo, agora ao invés de melhorar está regredindo. É o mesmo trabalho, repete sempre. Muda o modelo, mas não muda o modo de fazer. É isso que tem que conscientizar... o processo é o mesmo, por isso é que não tem como ficar errando. É falta de concentrar naquilo e prestar atenção. Para mim, então, é só “corpo mole” mesmo. (LIMA, ASSUNÇÃO e FONSECA, 2004:05)

Existem inúmeros exemplos que poderiam ilustrar essa dificuldade de relação, mas essa passagem é marcante pelo fato de ser esse instrutor entrevistado no artigo o mesmo que coordena o grupo de produção que escolhemos para nossa pesquisa de campo. Para nós, foi importante essa discussão, porque esse grupo de produção tem um caráter, uma função formativa, e, na entrevista que fizemos para a nossa pesquisa, ele comenta que o objetivo inicial era a montagem de uma escola de formação na área de calçados e bolsas, e não a montagem de uma cooperativa, como vimos em trecho transcrito anteriormente.

Uma das questões centrais das reuniões era de como se chegar até os grupos de forma consistente, como se fazer entender sem que fôssemos pelo caminho do formalismo e da imposição. E, nesse ponto, o projeto foi, é, e acreditamos que sempre

⁵² Entrevista com o membro-fundador da cooperativa (Couro Sim), em 18/01/2006.

⁵³ Grifo nosso; optamos por essa distinção porque o grupo está em vias de se institucionalizar. No dia 18/01/2006, ocorreria a reunião que decidiria sobre a escolha da diretoria e a elaboração da ata de fundação da cooperativa.

será marcado por muitas idas e vindas em sua forma de atuar e de se organizar. Esse trecho citado acima mostra que não basta boa-vontade, experiência, técnica, mas aponta para um caminho interdisciplinar:

O conceito de interdisciplinaridade, que perpassa toda a economia solidária, quando pensado em sua complexidade exige que se supere os limites entre as disciplinas e que seja formulado como transdisciplinaridade. No entanto, incubação é trabalho recente como extensão universitária e como experiência transdisciplinar. (EID, 2004:168)

Não temos um processo educativo específico para adultos. Os centros de pesquisa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) ainda são muitos direcionados para a educação formal (leitura e escrita), e os programas de treinamento financiados pelas empresas são muito direcionados para suas demandas internas. Não temos programas amplos de educação para o trabalho.

Essa é uma questão bastante pertinente para as ITCP's, porque, necessariamente, o processo de incubação tem que ser também um processo educativo.

3.2- Afunilando o campo em análise – desenvolvendo a metodologia

O nosso contato com o tema da pesquisa em outras oportunidades serviu como facilitador para esta fase da pesquisa.

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas⁵⁴ com pessoas consideradas importantes, listadas abaixo, para o entendimento do processo de criação dos projetos de ITCP's, bem como das atuais formas de gestão: Gonçalo Guimarães, Coordenador da ITCP/COPPE; Aline Rocha, Coordenadora da Equipe de Autogestão da ITCP/COPPE; Vera Alice Cardoso, Coordenadora Administrativa da Incubadora do NESTH/UFMG; e o líder comunitário e coordenador do grupo de produção Couro Sim.

As entrevistas realizadas na ITCP/COPPE foram úteis para entendermos o processo histórico de desenvolvimento do tema. A sua consolidação e ampliação por todo Brasil, como também demonstra, mais uma vez, o pioneirismo da ITCP/COPPE.

A escolha do grupo para a pesquisa ocorreu a partir de uma das experiências mais frutíferas em todo o conjunto dos grupos atendidos pela Incubadora do NESTH,

⁵⁴ Roteiro anexo.

sendo um grupo muito organizado, com uma rotina de trabalho e organização da produção bastante desenvolvida.

Nesse grupo, também fizemos um trabalho conjunto com a Engenharia de Produção e com a Administração, com visitas técnicas e também um processo conjunto de imersão, com o objetivo de estruturar um projeto de seleção e treinamento para novos membros do grupo.

Um outro elemento que chama a atenção é o fato de deterem todo o processo de produção e de estarem ligados ao mesmo ramo de produtos desde a sua fundação (fabricação de bolsas e sapatos – usando materiais como couro sintético e lona). E, ainda, pelo fato de sua unidade de produção atuar também como unidade de instrução – por ocasião da entrevista feita por nós (18/01/2006), a unidade estava finalizando um curso de capacitação com egressos do sistema prisional.

A análise dos processos produzidos no grupo, via incubadora, será feita através dos três sistemas e das três instâncias que descrevemos no capítulo 2 (Referencial teórico-metodológico: a Psicossociologia e a Economia Solidária). Faremos, então, uma divisão da análise: na primeira parte, serão usados, como referência teórico-metodológica, os três sistemas citados acima; e, em um segundo momento, as três instâncias.

3.2.1- Os sistemas cultural, simbólico e imaginário como operadores teórico-metodológicos

Como vimos, o sistema cultural fala que “a organização oferece uma cultura, quer dizer, uma estrutura de valores e normas, uma maneira de pensar, um modo de apreensão do mundo que orientam a conduta de seus diversos atores”. Essas são questões oportunas para pensarmos sobre as cooperativas e como elas precisam desenvolver estruturas que suportem essa nova maneira de pensar, de apreender o mundo e orientar a sua conduta.

Essa é uma situação delicada, porque os Empreendimentos da Economia Solidária (EES), na quase totalidade das vezes, não deixam de atuar em um mercado capitalista, em que as trocas comerciais devem obediência a uma lógica de oferta e procura, à mão invisível do mercado. Ainda não temos um mercado que funcione, efetivamente, como um mercado solidário, com trocas justas. Portanto, conviver com

duas lógicas – de funcionamento e organização da produção – tão díspares, ao nosso ver, tem sido um sério empecilho para que certas “normas e valores” possam ser absorvidos por esses grupos. Essa absorção facilitaria o processo de incubação e estabilidade dos grupos, mas o processo de introjeção dos *valores e normas* deve ser natural; a transmissão de informações no sentido de uma doutrinação, de uma ideologização, não pode ser feita pelo processo de incubação, o que seria uma corrupção dos objetivos precípuos desse processo.

O segundo sistema é o simbólico, segundo o qual “a organização não pode viver sem segregar um ou mais mitos unificadores”.

O grupo visitado, por ocasião da pesquisa, tem um mito fundador muito forte. Ele é contado em entrevista, como também relatado em várias outras oportunidades, pelos membros que fizeram parte do grupo, em todos os seus percalços. Em certas ocasiões, o grupo contava com mais de vinte pessoas e, por várias vezes, esse número se reduzia a três. O mito da recompensa e do trabalho como relação direta de sucesso são uma marca forte no grupo. Segundo conta o líder do grupo, em 2004, eram 16, 18 horas de trabalho por dia. Esse convívio também exigia um processo de unificação que possibilitasse trabalhar por tantas horas juntos. Há que se mencionar que o local de trabalho apresenta sérios problemas de *layout* e de adequação às necessidades para se trabalhar de forma confortável. Esse líder, de quem falamos no decorrer do trabalho, é o grande herói do grupo, e em torno dele todo o grupo se estrutura.

O sistema imaginário é dividido em: motor e enganador. Podemos perceber no imaginário motor uma possibilidade de realização através do trabalho, a satisfação das necessidades criativas, a liberação da imaginação.

Nesse caso, poderíamos ter a realização de todos esses imperativos humanos, porém, nos deparamos com uma questão, já citada antes: a necessidade imperiosa de sobrevivência.

O livre exercício do processo criativo e a possibilidade de organização do trabalho pelo próprio trabalhador são barrados. O trabalhador, que antes era subjugado pela organização da produção, pela gerência ou chefia direta, agora enfrenta a ditadura do mercado. Uma situação difícil de ser negociada. Nesse caso, o grupo não podia dispensar encomendas porque sentia que poderia perder outros clientes por serem

reconhecidos como incapazes de cumprir prazos. Essa lógica fazia os horários de trabalho se estenderem de modo extremo.

O imaginário é enganador “na medida em que a organização tenta prender os indivíduos nas armadilhas de seus próprios desejos de afirmação narcisista, no seu fantasma de onipotência”. A fala do coordenador do grupo pesquisado ilustra como esse processo se constrói.

Este é o ano [2006] que se nós tivermos a mesma demanda que nós tivemos ano passado... trabalhamos demais, trabalhamos 16 horas, 18 horas, quase que de segunda a segunda, porque a gente não tinha o pessoal, mas tinha o serviço. O pessoal foi chegando, chegando, chegando, em dezembro, se a gente não tivesse dado um jeitinho de parar, tinha continuado. Tinha encomenda até 15 de janeiro, já encomendado.

Ele também comenta que era preciso ir sempre adiante no trabalho e não podiam dispensar encomendas. Acreditamos que parte dessa pressão era externa, mas também existia um processo interno, esse processo imaginário que estende as possibilidades de realização do sujeito para além dele mesmo.

3.2.2- As instâncias mítica, sócio-histórica e institucional como operadores teórico-metodológicos

Nessa segunda parte, trataremos das três instâncias selecionadas.

A instância mítica diz que toda sociedade exige, para se instaurar e se perpetuar, referir-se a uma ordem legitimadora de suas existência. É essa ordem que se tenta criar com a Economia Solidária. Podemos perceber recortes de falas referentes a esse processo de legitimação. Poderíamos dizer que esse é um processo exógeno.

De forma endógena, o marco inaugural é lembrado com os primeiros cursos e as verbas que se disponibilizaram, os primeiros contatos com os técnicos do CENAFOCO e da Incubadora do NESTH. As datas aparecem, aqui, de forma muito marcante.

A instância sócio-histórica avança no sentido de fornecer elementos complementares aos já descritos na instância mítica. Fica claro como a Incubadora do NESTH funcionou como um divisor de águas para o grupo. O grupo entra num processo

social e histórico bem mais complexo do que vivia antes. As técnicas de produção e as formas de gestão dão uma nova visão ao grupo; o que antes se pensava ser possível resolver apenas com o esforço dos membros, como cumprir prazos de entrega, agora, evidencia a necessidade de técnicas de controle. A seleção de pessoas para formar o grupo era feita baseada na boa-vontade; hoje, é feita com base em critérios previamente estabelecidos, resultados individuais em treinamento interno e tempo de estágio na produção.

Esses são elementos que rompem com um sentimento mágico e inserem o grupo em um processo que é social e histórico. Agora, o grupo está muito mais marcado e suscetível aos elementos de mudanças e circunstâncias históricas.

Uma dessas circunstâncias, como nos lembra Almeida (2004), chamando a atenção para o fato de que o movimento das incubadoras de empresas, antes, e de cooperativas populares, depois, tem marca profunda do processo de liberalização democrática pós-ditadura militar. A criação da SENAES (Secretária Nacional de Economia Solidária), sem dúvida, é um sinal desses novos tempos.

A instância institucional permite entendermos todo o esforço que é empreendido por esses grupos para alcançar, ao final do processo, a institucionalização, já que “uma sociedade não pode ser fundada nem durar se não elaborar as instituições”.

O grupo pesquisado representa um processo de organização do trabalho que mais se assemelha aos processos de organização industrial; em seu cotidiano, temos a maioria das situações observadas nas indústrias, como a divisão social do trabalho, a afirmação de uma liderança apoiada por um pequeno grupo, alta rotatividade de pessoal, entre outras.

No caso do grupo pesquisado, o processo de institucionalização foi acompanhado por nós na Incubadora do NESTH, e é marcado por idas e vindas, como já foi dito. Isso se dava principalmente em razão dos processos de esvaziamento constantes por que o grupo passou; e, também, pelas obrigações que a institucionalização demanda ao grupo.

Estamos terminando a legalização, hoje estamos com 13, hoje estamos com uma entidade que assina pra nós, emite nota fiscal, assina pra gente, projeto e tal, mas eles são tão enrolados, tem vez que nós estamos num aperto e o dinheiro fica 15 dias preso lá na mão deles e eles demoram a passar pra gente. A gente tá tentando fazer, legalizar

já que o projeto nosso é continuar mesmo, voltar agora é mais difícil, nós já pensamos várias vezes em sair fora, põe a cabeça no travesseiro, nada como uma dia após o outro, realmente agora, parar é meio complicado, então nós chegamos num consenso que a gente tem que legalizar mesmo para acabar com esse negócio de ficar na mão dos outros.⁵⁵

As três dimensões citadas por Carvalho e Pires (2004), no artigo “Para além dos aspectos da Economia Solidária”, são: dimensão jurídico-econômica, dimensão político-administrativa e a dimensão sócio-psicológica.

Os três sistemas (cultural, simbólico e imaginário) e as três instâncias (mítica, sócio-histórica e institucional) já foram usados na análise dos dados tirados em campo. Agora, o que pretendemos é retomar sucintamente a definição das três dimensões listadas pelos autores e, em seguida, usá-las no processo de síntese.

A dimensão jurídico-econômica engloba todo o campo das formas de ordenação legal e econômica às quais o EES está submetido. A análise dos aspectos jurídicos e econômicos se dá, mutuamente, em função da correlação entre as estruturas normativas do campo jurídico e a função dinâmica do campo econômico.

A dimensão político-administrativa engloba diversas formas de exercício do poder e do controle. Fazem parte desse campo de análise as diversas estruturas de gestão dos EES, as formas de dominação e resistência, as forma de acesso às instâncias decisórias, os mecanismos de informação e formação da força de trabalho, no sentido da compreensão dos processos administrativos e da dinâmica do mercado.

A dimensão sócio-psicológica engloba todo o grupo de relações e interações intersubjetivas que se estabelecem entre os trabalhadores e entre estes e o EES, seu modo de gestão e execução do trabalho.

Será oportuno, agora, estabelecer um diálogo entre os conteúdos teóricos que assinalamos acima: os três sistemas listados (cultural, simbólico e imaginário), as três instâncias selecionadas (sócio-histórica, mítica e institucional), junto com as três dimensões (jurídico-econômica, político-administrativa e sócio-psicológica).

⁵⁵ Entrevista dada ao pesquisador, em 18/01/2006.

A instância institucional se funde à dimensão jurídico-econômica, na medida em que ambas conformam os indivíduos em estruturas mais ou menos fixas. Esse processo de fixação também se encontra no sistema cultural, quando este mostra que a organização oferece uma cultura, uma estrutura de valores e normas, uma maneira de pensar, um modo de apreensão do mundo que orienta a conduta de um grupo.

Não podemos deixar de mencionar o fato de que a dimensão político-administrativa diz do exercício do poder e do controle. Nesse caso, temos as duas dimensões citadas (jurídico-econômica e político-administrativa) se compondo.

Em relação a esse dado teórico, o processo de institucionalização que vive cada um dos grupos acompanhados pela Incubadora do NESTH, os faz entrar nesse terreno do convívio com as regras do jogo, com o controle exercido pelo processo legal, como ocorre pelo estatuto, por exemplo.

No tocante a essa situação, se configuram mudanças de ordem sócio-histórica (descrita pela instância sócio-histórica) e mudanças sócio-psicológicas (descrita pela dimensão sócio-psicológica).

Não se pode ignorar o fato de que mudanças sócio-históricas produzem novos sujeitos, ainda mais se esses estiverem inseridos num processo como o da Incubadora do NESTH. Esses mesmos sujeitos vão apresentar a sua dimensão sócio-psicológica também modificadas pelo que Carvalho e Pires (2004) chamam de “expressão intersubjetiva”, bem como pelos medos e fantasias que povoam o imaginário desses trabalhadores.

Nesse sentido é que os empreendimentos incubados e, em especial, este que acompanhamos de perto, não são instituições voltadas apenas para a produção de ganhos econômicos, mas são lugares de produção de subjetividade, de realização, de inserção social e construção de laços.

Mas não esqueçamos de que todo esse processo, além dos muros das regras econômicas, também é pautado por regras sociais, históricas e sócio-psicológicas. O processo imaginário transcendendo os elementos reais, o imaginário motor impulsionando o sujeitos para a plena realização através do trabalho.

Esse é um processo coletivo, que envolve todo o conjunto dos técnicos da Incubadora e dos grupos que passam pelo processo de incubação.

Conclusão

Deste trabalho, podemos tirar algumas conclusões.

A primeira delas se refere ao fato de que o processo de criação de empresas, tanto em países desenvolvidos como em processo de desenvolvimento, depende de uma conjuntura que lhe seja favorável, como ocorre no caso do empreendedorismo norte-americano, abordado de forma mais pormenorizada neste trabalho.

Uma segunda conclusão que podemos tirar aponta para o fato de que, mesmo tendo as incubadoras caminhado em um processo de construção sócio-histórico, se adaptando para se adequar a cada público específico, isso não faz com que elas sejam variações de um mesmo tema. Ou seja, o desenvolvimento histórico e social das incubadoras como instituições não deixou de fazer delas instrumentos de desenvolvimento econômico, devemos ressaltar que primeiramente elas são instrumentos de desenvolvimento econômico. Essa afirmação é válida principalmente para as incubadoras de cooperativas, como a que foi alvo do presente estudo.

As IEBT's são instrumentos de política industrial, com um público completamente diferente do público atendido pelas ITCP's. Isso não impede que possa haver entre elas um diálogo, que podemos chamar de técnico, que diga respeito ao processo de incubação. Não podemos é aceitar a idéia de que, em nome de uma suposta eficácia no processo de incubação, a IEBT e a ITCP possam se fundir.

A construção de uma rede de ITCP's não é apenas uma necessidade para se ganhar escala, como fala Guimarães,⁵⁶ mas também cria um ambiente de construção e troca de experiências, de sinergia.

Numa outra direção, a Incubadora do NESTH/UFMG, na medida em que busca parcerias com outras instituições que não têm processos compatíveis aos seus, leva-nos a pensar que esse processo não se completaria de forma favorável.⁵⁷ Tanto mais pelas próprias condições em que foram definidos, neste trabalho, os dois tipos de incubadoras.

As nossas experiências nas pesquisas com essas duas modalidades de incubadoras também indicam essa incompatibilidade. Porém, cabe-nos avançar mais nas pesquisas. Os temas se abrem ainda mais com esse processo de consolidação da Rede

⁵⁶ Entrevista em 20/05/2005.

⁵⁷ Referimo-nos, aqui, à iniciativa, em andamento, de se constituir uma Coordenação das Incubadoras de Empreendimentos Solidários, que seria integrada à Coordenação de Empreendimentos de Base Tecnológica, que já existe na UFMG, como mostra o Relatório Parcial do PRONINC.

ITCP e a construção de redes locais, com é o caso da que possivelmente será composta pela Incubadora do NESTH/UFMG e pela IEBT/Inova/UFMG.

As incubadoras de empresas não são mecanismos de desenvolvimento que podem ser usados de forma separada de todo o contexto sócio-econômico de um país. Também não podemos esperar, que simplesmente depois de haver a implantação de uma incubadora, seja ela uma IEBT seja uma ITCP, o contexto na qual a incubadora esta inserido mude. Isso está demonstrado com o fato de foi preciso haver um “retrocesso” da forma de proteção a empresas nascente, antes os parques tecnológicos é que forneciam esse apoio e hoje são as incubadoras. Ambos os mecanismos atuam em parceria e as incubadoras, quando ampliam suas atividades, promovem a criação de parques tecnológicos.

Uma outra conclusão é que o processo de rede deve ser criado, concomitantemente, ao processo de criação das incubadoras de cooperativas, sejam elas ITCP's ou não. Não se pode imaginar um processo de estabilidade econômica e social de cooperativas se elas não constituírem uma rede, e esta rede pode e deve ser de consumo como também de fornecimento de produtos.

Por fim, acreditamos que estamos ainda vivendo um processo de revisão de conceitos, onde praticas econômicas novas começam a ser discutidas e passa a haver uma problematização muito mais intensa com relação aos tipos de programas de políticas públicas estão sendo implementadas pelas varias instancias governamentais (governos federal, estaduais e municipais). Também vale dizer que projetos como as Incubadoras de empresas e de cooperativas trazem a universidade para dentro de uma discussão que talvez seja a mais complexa e abrangente da atualidade: a crise do trabalho e formas possível, se não de resolve-la totalmente, mas ao menos ameniza-la.

Bibliografia

1. A COMERCIALIZAÇÃO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA. São Paulo: SEBRAE/ADS/CUT, 2002.
2. A SITUAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL / produzido pelo DIEESE – São Paulo: DIEESE, 2001.
3. ALMEIDA, Mariza Costa. *A evolução do movimento de incubadoras no Brasil*. Rio de Janeiro, 2004. 195 p. Tese (Dourado). COPPE/UFRJ – Engenharia de Produção. COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro. <<http://www.coppe.ufrj.br>>
4. ANDRADA, Cris Fernández. *O encontro da política com o trabalho: histórias e repercussões da experiência de autogestão das cooperadas da UNIVENS*. / Cris Fernández Andrada. – São Paulo: s.n. , 2005. – 267 p. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Departamento de Psicologia Social e do Trabalho. <<http://www.tese.usp.br>> data – 13/12/05
5. ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. – 9. ed. Campinas: Editora Cortes/Editora da Unicamp, 2003.
6. AS INCUBADORAS DE EMPRESAS PELOS SEUS GERENTES: uma coletânea de artigos / Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas – ANPROTEC; organizado por José Roberto Salomão. Brasília, 1998.
7. BARROS, Josiane. O projeto educativo das ITCP's: encontros e desencontros na incubagem de cooperativas populares. In: *Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia solidária*. Iracy Picanço, Lia Tiriba (Org.). Aparecida, São Paulo: Idéias & Letras, 2004.
8. Para além dos aspectos econômicos da economia solidária. CARVALHO, Ricardo Augusto Alves e PIRES, Sanyo Drummond. In: *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Luiz Inácio Gaiger (org.).- Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004.
9. CARVALHO, Ricardo Augusto Alves. Reconfiguração de perfis entre os processos de inserção “desinserção” e reinserção dos (novos) sujeitos trabalhadores. In: *Globalização, trabalho e desemprego: um enfoque internacional*. Organizadores: Carlos Roberto Horta & Ricardo Augusto Alves Carvalho. NESTH/UNITRABALHO/UFMG. Belo Horizonte: C/ Arte, 2001.
10. CATANI, Antonio David. (Org.) *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

11. COMPANS, Rose. *Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática*. São Paulo: Editora UNESP, 2005. (p. 82-104).
12. DOLABELA, Fernando. *Oficina do Empreendedor: a metodologia que ajuda a transformar conhecimento em riqueza*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2000.
13. ECONOMÍA PÚBLICA E ECONOMÍA SOCIAL: perspectivas para el siglo XXI. Bernard Thiry. Documentos. Publicación del Centro de Estudios del Sociología del Trabajo. n. 5. Noviembre de 1997. Universidad de Buenos Aires. Facultad de Ciencias Economicas. Instituto de Investigaciones Administrativas. <<http://www.econ.uba.ar/cesot/publicaciones.htm>>
14. EID, Faid. *Sobre Concepção de Incubadora Universitária de Empreendimentos de Economia Solidária da UNITRABALHO e Sobre a Metodologia de Incubação*. (texto). Conferência Nacional de Economia Solidária da UNITRABALHO. São Paulo, 2002.
15. EMPREENDEDORISMO: ciência, técnica e arte. Instituto Euvaldo Lodi. 2. ed. Brasília: CNI/IEL, 2001.
16. ENRIQUEZ, Eugène. *A Organização em análise*. Trad. Francisco Rocha Filho. Petrópolis: Vozes, 1997.
17. ENRIQUEZ, Eugène. O papel do sujeito na dinâmica social. In: *Psicossociologia: análise social e intervenção/André Levy et al.* Organizado e traduzido por Marília Novais da Mata Machado et al. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
18. ESTEVES, Egeu Gomes. *Sócio, trabalhador, pessoa: negociações de entendimentos na construções cotidiana da autogestão de uma cooperativa industrial*. São Paulo, 2004. 177 p. Dissertação (Mestrado) Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. <<http://www.teses.usp.br>>
19. FORTES, José Augusto Abreu Sá; SOARES, Rosa Maria Sales de Melo. (Org.). *Padrões tecnológicos, trabalho e dinâmica espacial*. Trad. Frank Soudant. Brasília, 1996.
20. FURTADO, Celso. *A formação econômica do Brasil*. 8. ed. revista pelo autor. São Paulo: Ed. Nacional, 1968.
21. FURTADO, Marco Antonio T. *Fugindo do quintal: empreendedores e incubadoras de base tecnológica no Brasil*. Brasília: Edição SEBRAE, 1998.
22. GAIGER, Luiz Inácio (Org.). *Sentidos e experiências da Economia Solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.
23. GESTION de empresas innovadoras: las Incubadoras de Empresas em Argentina. Valeria Logegaray. Documentos. Publicación del Centro de Estudios del Sociología del Trabajo. N.41 abril-junio de 2003. Universidad de Buenos Aires. Facultad de

- Ciencias Economicas. Instituto de Investigaciones Administrativas.
<<http://www.econ.uba.ar/cesot/publicaciones.htm>>
24. GLOBALIZAÇÃO E AUTOGESTÃO: as empresas de economia social na Comunidade Econômica Européia. In: DOUBOR, Ladislau; IANNI, Otavio; RESENDE, Paulo Edgar A. *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998.
 25. GUIMARÃES, Gonçalo. *O desenvolvimento deve contribuir para a transformação social*. ITCP-COPPE/UFRJ. Artigo data de acesso 13/12/2005. <<http://www.coppe.ufrj.br>>
 26. GUIMARÃES, Gonçalo. Políticas de geração de emprego e renda: alternativas dos trabalhadores. In: HORTA, Carlos Roberto; CARVALHO, Ricardo Augusto Alves. (Org.) *Globalização, trabalho e desemprego: um enfoque internacional*. NESTH/UNITRABALHO/UFMG. – Belo Horizonte: C/ Arte, 2001.
 27. HORTA, Carlos Roberto; CARVALHO, Ricardo Augusto Alves. (Org.) *Globalização, trabalho e desemprego: um enfoque internacional*. NESTH/UNITRABALHO/UFMG. – Belo Horizonte: C/ Arte, 2001.
 28. INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS – ITCP X Incubadora de Empresas de Base Tecnológica – IEBT. Diferenças e semelhanças no processo de incubação. Maria Carolina de Azevedo Ferreira de Souza, Alessandra de Azevedo, Luiz José Rodrigues de Oliveira, Nguyen Tufino Baldeón. Artigo apresentado no Altec 2003 – 10th. Latin-American Seminar of Technology Management, Mexico, de 22 a 24 de outubro de 2003, Cidade do Mexico. <<http://www.unicamp.br>> data de acesso 30/12/04
 29. INTERAÇÃO UNIVERSIDADE EMPRESA. – Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 1998.
 30. ITCP – Retratos e Reflexões: Coordenação: Gonçalo Guimarães. ITCP/COPPE/UFRJ. <<http://www.itcp.coppe.ufrj.br>> data de acesso 24/11/2005.
 31. LA ECONOMIA SOCIAL EN BÉLGICA. Sofhie Adam. Documentos. Publicación del Centro de Estudios del Sociologia del Trabajo. n.18, Diciembre de 1998. Universidad de Buenos Aires. Facultad de Ciencias Economicas. Instituto de Investigaciones Administrativas. <<http://www.econ.uba.ar/cesot/publicaciones.htm>> data de acesso 29/12/2004.
 32. LA NUEVA ECONOMIA SOCIAL: democratización labora e democratización económica em Québec. Solange van Kemenade & Louis Favreau. Documentos. Publicación del Centro de Estudios del Sociologia del Trabajo. n.26, junio-julio de 2000. Universidad de Buenos Aires. Facultad de Ciencias Economicas. Instituto de Investigaciones Administrativas. <<http://www.econ.uba.ar/cesot/publicaciones.htm>> data de acesso 29/12/2004.
 33. LAPASSADE, Georges. *Grupos, organizações e instituições*. Trad. Henrique Augusto de Araújo Mesquita. –2. ed. – Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

34. LASTRES, Helena Maria Martins; CASSIOLATO, José Eduardo; MACIEL, Maria Lucia. (Org.). *Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: Rélume Dumará: UFRJ, Instituto de Economia, 2003.
35. LECHAT, N. M. P. *As raízes da Economia Solidária e o seu aparecimento no Brasil*. II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares – 20/03/2002. Campinas: UNICAMP, 2002. <<http://www.unicamp.br>>
36. LEMOS, Marcelo Verly de. *O papel das incubadoras de empresas na superação de nas principais dificuldades das pequenas empresas de base tecnológica*. Rio de Janeiro. RJ. 1998. COOPE/UFRJ. Engenharia de Produção. 1998. Tese (Doutorado) <<http://www.coppe.ufrj.br>>
37. LEVY, André *et al.* *Psicossociologia: análise social e intervenção*. Organizado e traduzido por Marília Novais da Mata Machado *et al.* Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
38. LIMA, F. P. A.; ASSUNÇÃO, A. A.; FONSECA, G. C. *Transmissão do saber prático: as dificuldades do processo ensino/aprendizagem em um cooperativa autogestionária*. Departamento de Engenharia de Produção/Escola de Engenharia. UFMG. Belo Horizonte. Artigo apresentado no XIII Congresso Brasileiro de Ergonomia. Fortaleza, 29 de agosto a 2 de setembro de 2004.
39. LIMA, Jacob Carlos. *As artimanhas da flexibilização: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção*. São Paulo: Terceira Margem, 2002.
40. LIMA, Marcelo Alceu Amoroso. Pólo tecnológico e universidade. In: *Padrões tecnológicos, trabalho e dinâmica espacial*. FORTES, José Augusto Abreu Sá; SOARES, Rosa Maria Sales de Melo (Org.). Trad. Frank Soudant. Brasília, 1996.
41. MACULAN, Anne-Marie D. Estratégia Tecnológica de micro-empresas localizadas numa Incubadora. XIX Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica. *Anais*, v. 2, p. 357-69, São Paulo, outubro de 1996.
42. MACULAN, Anne-Marie D.; LEMOS, M.V. *Motivações dos empreendedores para o ingresso em incubadoras e principais problemas enfrentados nesses ambientes*. <<http://www.ufrj.br>>
43. MANUAL PARA IMPLANTAÇÃO DE INCUBADORAS DE EMPRESAS. Ministério da Ciência e Tecnologia/Secretaria de Política Tecnológica Empresarial/Coordenação de Sistemas Locais de Inovação. Brasília, 2000. <<http://www.mct.gov.br>>
44. OSSOS DO OFÍCIO: cooperativas populares em cena aberta. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1998.
45. PARRA, Henrique Zoqui Martins. *Liberdade e necessidade: empresas de trabalhadores autogeridas e a construção sócio-política da economia*. Henrique Zoqui Martins Parra. Dissertação (Mestrado). 265 p. São Paulo, 2002. Faculdade de

Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Sociologia.
<<http://www.teses.usp.br>>

46. PEREIRA, Maria Nazaré Freitas. Relação universidade-empresa da intenção à realidade. In: *Interação universidade empresa*. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 1998.
47. PEREIRA, Maurício Guedes. Apresentação. In: *Empreendedorismo: ciência, técnica e arte*. Instituto Euvaldo Lodi. 2. ed. Brasília: CNI/IEL, 2001.
48. PEREIRA, William César Castilho. *Dinâmica de grupos populares*. Petrópolis: Vozes, 1982.
49. PICANÇO, Iracy; TIRIBA, Lia. (Org.) *Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da Economia Popular Solidária*. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2004.
50. PLONSKY, Guilherme Ary. Cooperação empresa-universidade no Brasil: um novo balanço prospectivo. In: *Interação universidade empresa*. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 1998.
51. POLÍTICAS PÚBLICAS LOCAIS e sua relação com a formação e solidificação de cooperativas de trabalho. Desenvolvimento tecnológico, atividades econômicas e mercado de trabalho nos espaços regionais brasileiros. Seminário Regional Sudeste. DIEESE/CESIT/IE/UNICAMP/CNPq. São Paulo, 13 e 14 de março de 2002.
52. PROGRAMA DE INCUBADORA TECNOLÓGICA de Empreendimentos de (Sócio) Economia Solidária (mimeo). UNITRABALHO/NESTH. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG: Belo Horizonte, 2003.
53. RIANI, Roseane de Aguiar Lisboa. *Abordagem Psicossociológica e empreendedorismo: o caso da construtora Noberto Odebrecht*. - Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Fafih, 2004. Departamento de Psicologia.
54. SANTOS, Antonio Raimundo dos. *Metodologia científica: a construção do conhecimento*. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.
55. SANTOS, Silvio Aparecido dos. (Coord.). *Criação de empresas de alta tecnologia, capital de risco e os bancos de desenvolvimento*. São Paulo: Pioneira, 1987.
56. SASS, Odair. *Crítica da razão solitária: a Psicologia Social de John Herbert Mead*. Tese (Doutorado). PUC/SP, 1992.
57. SINDICALISMO E COOPERATIVISMO. A economia solidária em debate: transformações no mundo do trabalho. In: GUIMARÃES, Gonçalo (Org.). *Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares*. UNITRABALHO. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1999.
58. SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

59. SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
60. SOUZA *et al.* Incubadora Tecnológica de Cooperativas – ITCP X Incubadora de Empresas de Base Tecnológica – IEBT – Diferenças e semelhanças no processo de incubação. Artigo – Altec 2003 – Latin-American Seminar of Technology Management, realizado na Cidade do México. Disponível na Internet: <http://www.itcp.unicamp.br/site/downloads/itcp_doc1.doc>. 23/11/2005.
61. SPOLIDORO, Roberto. As tecnópoles e a sociedade do conhecimento. In: *Padrões tecnológicos, trabalho e dinâmica espacial*. FORTES, José Augusto Abreu Sá; SOARES, Rosa Maria Sales de Melo (Org.). Trad. Frank Soudant. Brasília: 1996.
62. STRYJAN, Yohanan. Cooperativas, emprendimientos colectivos y desarrollo local. Documentos. Publicación del Centro de Estudios del Sociología del Trabajo. n. 22. Setiembre/Octubre de 1999. Universidad de Buenos Aires. Facultad de Ciencias Economicas. Instituto de Investigaciones Administrativas. 17/01/2005. <<http://http://www.econ.uba.ar/cesot/publicaciones.htm>>
63. TIRIBA, Lia. *Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção associada*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2001.

Sites

<http://www.e-commerce.org.br/incubadoras.htm>

<http://teses.eps.ufsc.br/tese.asp>

<http://www.teses.usp.br>

http://www.concytec.gob.pe/program_redes/porg_nac/incubadoras.html

<http://www.softex.br/cgi/cgilua.exe>

<http://www.odialetico.hpg.ig.com.br/filosofia/livros/opinioes.htm#licii>

<http://www.econ.uba.ar/cesot/publicaciones.htm>

<http://www.itcp.coppe.ufrj.br>

<http://www.anprotec.org.br/publicacoes.htm>

Anexo I

Integram a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares⁵⁸

Universidade Federal Rural de Pernambuco
Universidade Estadual da Bahia
Universidade do Amazonas
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Universidade Federal do Ceará
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Universidade Federal do Paraná
Universidade Regional de Blumenau
Universidade Católica de Pelotas
Universidade de Campinas
Universidade Federal de São Carlos
Universidade de São Paulo
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Universidade Federal de S. João Del Rei
Universidade Federal de Juiz de Fora

⁵⁸ <<http://www.itcp.coppe.uftj.br/antecedentes.html>>

Anexo II

Integram a Rede Universitária das Américas em Estudos Cooperativos e Associativismo 21 Universidades Associadas em 14 países.⁵⁹

AMÉRICA DO SUL E CONE SUL

Universidade Federal Rural de Pernambuco (Brasil)

Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil)

Universidade Federal do Paraná (Brasil)

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Brasil)

Universidade do Chile (Chile)

Universidade de La Plata (Argentina)

Universidade da República do Uruguai (Uruguai)

REGIÃO ANDINA

Pontifícia Universidade Javeriana (Colômbia)

Universidade Unisangil (Colômbia)

Pontifícia Universidade Católica do Equador (Equador)

Universidade Técnica de Ambato (Equador)

AMÉRICA DO NORTE

Universidade de Sherbrooke (Canadá)

Universidade Autônoma Chapingo (México)

Universidade Autônoma de Queretaro (México)

AMÉRICA CENTRALE CARIBE

Universidade de Costa Rica (Costa Rica)

Universidade do Panamá (Panamá)

Universidade de El Salvador (São Salvador)

Universidade Nacional Autônoma de Honduras (Honduras)

Universidade de Havana (Cuba)

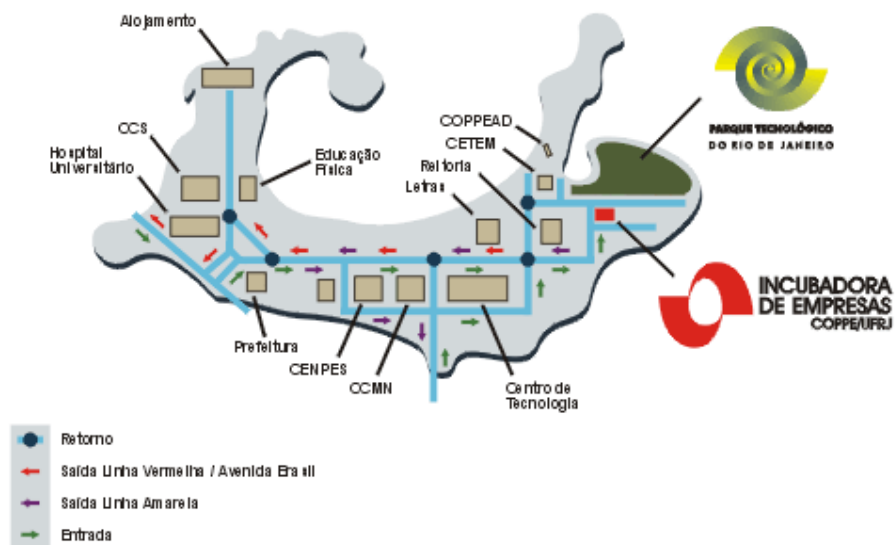
Universidade Raphael Landiver (Guatemala)

Universidade Central de Venezuela (Venezuela)

⁵⁹ <<http://www.itcp.coppe.uftj.br/anteriores.html>>

Anexo III

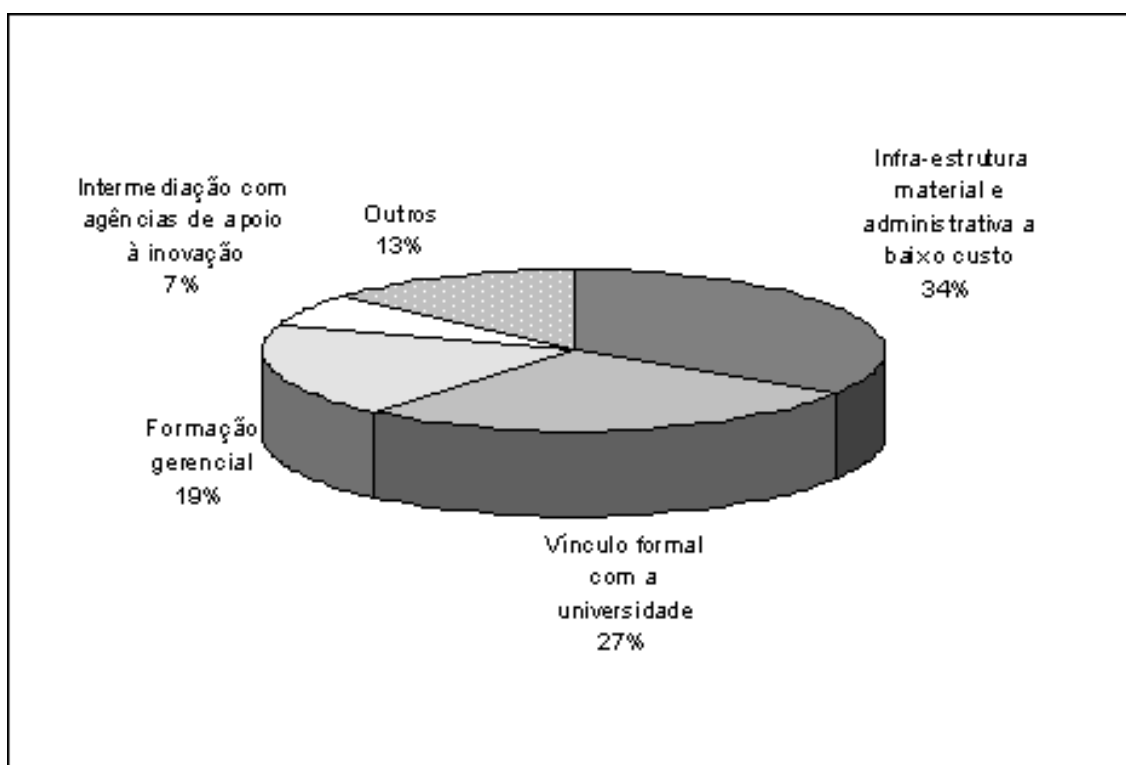
Campus da COPPE/UFRJ⁶⁰



⁶⁰ <<http://www.itcp.coppe.ufrj.br/antiores.html>>

Anexo IV

Motivações das PEBTs para ingresso em Incubadoras



Respostas extraídas dos questionários respondidos por 53 PEBTs instaladas em Incubadoras

Fonte: Lemos, 1998.

Anexo V

Roteiro de entrevista

Pesquisa:

“As ITCPs – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares como alternativas para o Desenvolvimento Social e Econômico de Cooperativas”.

Pesquisadores: Wallasce Almeida Neves(Mestrando); Prof.Dr.Ricardo Augusto Alves Carvalho (Orientador).

- 1- Qual a importância da presença dos técnicos da Incubadora para o desenvolvimento do trabalho do Grupo?
- 2- Você pode dizer se ocorreram mudanças na forma de trabalho do Grupo em razão do que tem aprendido com esses técnicos?
- 3- Como você vê e define essa parceria entre o Grupo e a Universidade?
- 4- Quais os principais problemas que vocês tinham que foram resolvidos devido à ajuda dos técnicos da Incubadora?
- 5- Na sua opinião, em quais pontos a Incubadora falhou no trabalho com o Grupo? O que você esperava e não foi feito?